

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

GRASIELA SANTANA COSTA

**CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENFRENTAMENTO DO
RACISMO NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL**

**Teacher Education for Confronting Racism in Schools: Contributions from
Social Psychology**

**São Cristóvão - SE
2025**

GRASIELA SANTANA COSTA

**CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENFRENTAMENTO DO
RACISMO NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL**

**Teacher Education for Confronting Racism in Schools: Contributions from
Social Psychology**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como
requisito para a obtenção do grau de Mestra em
Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dalila Xavier de França

São Cristóvão - SE

2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C837c	Costa, Grasiela Santana Capacitação de professores para o enfrentamento do racismo na escola: contribuições da Psicologia social / Grasiela Santana Costa ; orientadora Dalila Xavier de França. – São Cristóvão, SE, 2025. 118 f.; il. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025. 1. Psicologia. 2. Psicologia social. 3. Racismo. 4. Escolas. 5. Professores. 6. Antirracismo. 7. Racismo na educação. I. França, Dalila Xavier de, orient. II. Título. CDU 159.9:316.647.82
-------	---

COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA

Profa. Dra. Dalila Xavier de França
Universidade Federal de Sergipe/ UFS
Orientadora

Prof. Dr. Ueliton Santos Moreira Primo
Universidade Federal de Sergipe
Membro Interno

Profa. Dra. Patrícia da Silva
Universidade Federal do Acre
Membro Externo

Dedico este trabalho à minha mãe, professora da educação básica pública e minha grande inspiração, e a todos os professores dispostos a transgredir em busca de uma educação pautada na justiça social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de trilhar caminhos que eram um sonho. Aos meus pais, Zilda Rosa e Adilson Costa, que sempre me apoiam, me impulsionam a ir cada vez mais longe e acreditam que a educação é ponte para mudanças significativas no mundo. Às minhas irmãs, Ariela, Kelly e Zaíne, com quem compartilho a vida. Sempre nós quatro. Amo vocês!

A todos os professores que já passaram pela minha vida e contribuíram positivamente para meu desenvolvimento como pessoa no mundo. Em especial, à minha orientadora, Dalila Xavier de França, que, com muita maestria, compartilhou comigo os conhecimentos necessários para trilhar os caminhos da pesquisa, me apoiou e me incentivou a persistir.

Ao Grupo de Pesquisa em Socialização das Atitudes Intergrupais e Racismo (GPSAIR), onde aprendi muito com as trocas de conhecimentos, parceria e amizade. Ao Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES), que possibilitou e apoiou a extensão do projeto e o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada pela parceria!

À Barbara Ribeiro, amiga e parceira de trabalho com quem partilhei o desenvolvimento das intervenções, as idas ao campo, os medos e as alegrias de cada passo dado e concluído. Obrigada, dividir esta etapa com você foi muito importante para mim.

A todos os meus amigos que, de perto ou de longe, me apoiaram e vibraram com as minhas conquistas. Aos amigos que fiz no mestrado, em especial aos que caminharam comigo mais de perto e contribuíram para uma travessia com mais leveza, Sara, Sanches, Iara, Ryan e Joana, vocês foram incríveis!

Aos professores Marcus Eugênio, Sara Rogéria, Ueliton Moreira Primo e Patrícia da Silva, que se disponibilizaram a fazer a avaliação deste trabalho e contribuíram com importantes sugestões.

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao financiamento ofertado, o qual fez com que o desenvolvimento deste trabalho e esta trajetória fossem possíveis.

À Universidade Federal de Sergipe, que me acolheu para trilhar novos passos na ciência.

Muito obrigada!

Professoras e professores são esses “doadores de memórias” com o papel de transmitir socialmente às novas gerações um legado cultural sistemático que tanto nos impulsiona no sentido do desenvolvimento humano.

— Bárbara Carine

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo descrever um estudo de intervenção de capacitação com professores da Educação Básica para o enfrentamento do racismo em escolas de Sergipe. Como objetivos específicos, (1) identificar se os professores da Educação Básica reconhecem a existência do racismo na escola e compreendem a importância da socialização étnico-racial como estratégia de combate, (2) desenvolver e oferecer capacitação para professores do Ensino Básico Estadual para enfrentamento do racismo, (3) apresentar caminhos metodológicos, resultados e discussões da capacitação com professores. Para alcance dos objetivos, a dissertação foi pautada na Teoria da Socialização Étnico-racial e organizada em quatro capítulos, conclusões e considerações finais. O primeiro capítulo traçou uma discussão a partir da compreensão dos processos de raça e etnia para a racialização e etnicização dos grupos; os tipos de racismo e suas formas de expressões na sociedade e na escola. O segundo capítulo abordou a Teoria da Socialização Étnico-racial e retratou a sua importância para o contexto escolar. O terceiro capítulo discorreu um estudo empírico sobre o olhar do(a) professor(a) do Ensino Básico para a socialização étnico-racial e o combate do racismo, através de grupos focais, realizados com 12 professores de uma escola da Educação Básica Pública Estadual. Os dados foram analisados no software *Iramuteq*, com o método de análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), interpretados e discutidos a partir de teorias da Psicologia Social. Os resultados mostraram que, mesmo apresentando situações de discriminação racial, os professores tendem a naturalizar, diminuir ou negar a existência do racismo na escola, que é, geralmente, justificado como uma espécie de brincadeira. Ainda apontaram como principal meio de viabilização do racismo os comportamentos dos estudantes, a dinâmica familiar e a comunidade, o que contribui na diminuição da responsabilidade da escola como importante agência de combate. Por fim, o quarto capítulo traçou os passos metodológicos da intervenção de Capacitação “Diálogos com professores para o trabalho contínuo contra o racismo nas escolas”, realizado com professores da Educação Básica da Rede de Ensino Estadual de Sergipe, em parceria com o Observatório dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES). Como resultado da capacitação, observou-se que os professores passaram a reconhecer o racismo na escola, mas ainda encontram dificuldades no seu enfrentamento e acreditam que mudanças significativas podem ser alcançadas através do desenvolvimento de formações com professores e inserção de estratégias de combate ao racismo na rotina escolar. Os caminhos percorridos na dissertação demonstram a importância e necessidade de intervenções voltadas para a socialização étnico-racial na educação, sobretudo, intervenções com professores, para a promoção de uma educação antirracista e combate às violências vivenciadas por identidades negras e indígenas. No entanto, presume-se que, em leituras futuras, o trabalho desenvolvido possa contribuir com a expansão do conhecimento e com novos projetos de intervenções e criação de políticas públicas que viabilizem uma educação antirracista, a partir da compreensão do racismo e as suas expressões, e da socialização étnico-racial como potente viabilizadora de estratégias de enfrentamento ao racismo nas escolas.

Palavras-chave: racismo, escola, professores, educação antirracista, intervenção, psicologia social

ABSTRACT

This dissertation aimed to describe a teacher training intervention study with basic education teachers to address racism in schools in Sergipe, Brazil. The specific objectives were (1) to identify whether basic education teachers recognize the existence of racism in schools and understand the importance of ethnic-racial socialization as a strategy to combat it; (2) to develop and provide training for public basic education teachers to confront racism; and (3) to present the methodological approaches, results, and discussions arising from the training program. To achieve these objectives, the dissertation was grounded in the Theory of Ethnic-Racial Socialization and organized into four chapters, followed by conclusions and final considerations. The first chapter presented a discussion based on the understanding of race and ethnicity processes related to the racialization and ethnicization of groups, as well as the different types of racism and their forms of expression in society and schools. The second chapter addressed the Theory of Ethnic-Racial Socialization and highlighted its importance within the school context. The third chapter presented an empirical study on basic education teachers' perspectives regarding ethnic-racial socialization and the fight against racism, conducted through focus groups with 12 teachers from a public state basic education school. The data were analyzed using the Iramuteq software and the Descending Hierarchical Classification (DHC) method and interpreted through theories from Social Psychology. The results showed that, although teachers reported situations of racial discrimination, they tended to naturalize, minimize, or deny the existence of racism in schools, often justifying it as a form of joking. The findings also indicated that teachers perceived students' behavior, family dynamics, and the community as the primary factors enabling racism, which contributes to reducing the school's responsibility as an important agent in combating it. Finally, the fourth chapter outlined the methodological steps of the intervention training program entitled "Dialogues with Teachers for Continuous Anti-Racist Work in Schools," carried out with basic education teachers from the State Education Network of Sergipe in partnership with the Observatory of Prejudices in Schools of Sergipe (OPPES). As a result of the training, teachers began to recognize racism within schools; however, they still faced difficulties in confronting it and believed that significant changes could be achieved through teacher training initiatives and the incorporation of anti-racist strategies into everyday school routines. The paths taken throughout this dissertation demonstrate the importance and necessity of interventions focused on ethnic-racial socialization in education, especially those involving teachers, in order to promote anti-racist education and combat the violence experienced by Black and Indigenous people. Nevertheless, it is expected that this study may contribute to the expansion of knowledge, as well as to the development of new intervention projects and public policies that promote anti-racist education through a deeper understanding of racism and its expressions, and through ethnic-racial socialization as an important means of enabling strategies to combat racism in schools.

Keywords: racism, school, teachers, anti-racist education, intervention, social psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1.....	21
EXPRESSÕES DO RACISMO E OS SEUS IMPACTOS NO CONTEXTO ESCOLAR.....	21
INTRODUÇÃO.....	21
Da raça e etnia à racialização e etnicização.....	23
Expressões do Racismo	26
O Racismo em Níveis: como aparecem na escola?	30
CONCLUSÃO	33
CAPÍTULO 2.....	34
SOCIALIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL ESCOLAR.....	34
INTRODUÇÃO.....	34
A Socialização e a Socialização Étnico-Racial	37
A Socialização Étnico-racial na Escola.....	40
CONCLUSÃO	43
CAPÍTULO 3.....	45
O OLHAR DO(A) PROFESSOR(A) PARA A SOCIALIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E O COMBATE AO RACISMO: UM ESTUDO EMPÍRICO	45
INTRODUÇÃO.....	45
MÉTODO	49
População do Estudo.....	49
Participantes	50
Instrumentos.....	50
Procedimentos	51
Análise de dados	52
Procedimentos Éticos	53
RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
Racismo na escola: qual a percepção dos professores?	56
Como os professores enfrentam o racismo na escola?	61
CONCLUSÃO	65
CAPÍTULO 4.....	67
CAPACITAÇÃO PARA PROFESSORES: TRAÇANDO CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	67
Por que o Capacitação foi pensada?.....	68
PASSOS METODOLÓGICOS DA CAPACITAÇÃO.....	70

Desenvolvendo parceria com os Professores	70
A Capacitação: Diálogos com professores para o trabalho contínuo contra o racismo nas escolas	70
PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA ESCOLA PÓS-ENCONTROS FORMATIVOS	77
Participantes	77
Instrumentos	78
RESULTADOS E DISCUSSÕES	78
CONCLUSÃO	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICES	105

INTRODUÇÃO

A escola é vista como um lugar de desenvolvimento saudável e de proteção de crianças e adolescentes, pautada na socialização e no compartilhamento de crenças, valores e regras nas relações intergrupais. Como instituição inserida em uma sociedade pautada na opressão, a escola também socializa o racismo, contudo, também pode ser um potente espaço para o enfrentamento do fenômeno de forma contínua e como principal agência da socialização étnico-racial. Nesse contexto, os professores são os principais agentes socializadores e podem, através da socialização étnico-racial, promover uma educação antirracista (França, 2017).

No Brasil, tem-se acompanhado um elevado número de notícias, publicadas nos jornais e nas mídias sociais, sobre diversas situações de violências geradas pelo racismo no contexto escolar. Em 13 de março de 2023, nas redes sociais, surgiu o vídeo de uma professora negra recebendo uma esponja de aço de “presente” do seu aluno no Distrito Federal (CNN Brasil, 2023). No mesmo mês, no dia 27, um aluno chamou a colega de macaco e a professora veio a óbito na tentativa de apartar a briga (Redação Terra, 2023). Em 27 de abril, “menina é xingada de ‘macaca preta’ na aula, e professora rebate aluno: você só é um pouco mais claro e sabe que cor tem” (Caparelli & Alves, 2023). No dia 11 de março de 2024, “pai invade escola municipal e agride menina negra de 4 anos que abraçou seu filho” (Kempfer, 2024). No dia 18 de março de 2024, as palavras "macaco" e "volta pra África, pra senzala", foram proferidas por um adolescente para colega da mesma escola. A escola, em seu pronunciamento, afirmou que tem compromisso com uma educação antirracista, todavia, os pais do adolescente relataram que só foi realizada uma palestra sobre a temática após o ocorrido (Buosi & Sales, 2024).

No estudo “Percepções sobre o racismo no Brasil” (2023), com amostra de 2 mil indivíduos brasileiros de 16 anos ou mais de idade, com o objetivo de identificar as percepções em relação ao racismo, verificou-se que 81% dos participantes afirmam que o Brasil é um país

racista. Mas, quando questionados se “estudam em uma escola/faculdade/universidade racista”, apenas 13% percebem seu local de estudo como racista, enquanto 67% não veem esses espaços assim (Nganga, 2023). No entanto, a escola é um ambiente que também socializa o racismo. Ao mesmo tempo que pode valorizar as diferenças étnico-raciais, também estigmatiza, segrega ou nega, sendo, por vezes, de difícil percepção e combate, pois o fenômeno no ambiente escolar tende a ser sutil, camuflado, justificado ou até negado (Gomes, 2002b; Carvalho & Matos, 2020; Feitosa dos Santos, 2014; Moreira-Primo & França, 2020; Santos et al, 2020; Santos, 2021).

O racismo é formado por um processo de hierarquização, exclusão e discriminação, embasado em alguma marca física, que pode ser real ou imaginada e ressignificada, a partir de processos culturais internos, que agem na definição de padrões comportamentais (Lima & Vala, 2004). Envolve um conjunto de crenças que reconfiguram e adaptam-se em relação aos seus contextos históricos, sociais e psicológicos. O racismo tem origem nas relações de poder e dominação de um grupo sobre outros socialmente inferiorizados, que se rege através de práticas ou ações que visam a manutenção de privilégios de um grupo e inviabilização de outros (Lima, 2020; Vala, 2021).

Na escola, o racismo impede o desenvolvimento da identidade étnico-racial positiva e impacta negativamente o bem-estar psicológico e emocional. São muitos os efeitos deletérios do racismo na trajetória escolar de crianças negras e indígenas. Em revisão de literatura com achados desde 1999, Moreira-Primo e França (2020) indicam que a inferiorização do negro no ambiente escolar tem forte impacto negativo na construção da identidade étnico-racial das crianças, seguido do desejo de mudança do grupo étnico-racial para outro socialmente mais valorizado (Trinidad, 2016; Moreira-primo & França, 2020).

A identidade associada ao pertencimento de um indivíduo a um grupo foi discutida na Teoria da Identidade Social de Tajfel e refere-se ao sentimento de pertença, que fortalece a

ligação do indivíduo com o seu grupo. Nesse sentido, quanto maior o valor positivo do grupo na sociedade, o integrante demonstrará satisfação em pertencer e a construção da identidade social será mais positiva. Portanto, quando o indivíduo percebe a desvalorização do grupo de pertença pela sociedade, há uma construção de identidade social mais negativa (Tajfel & Turner, 1986). Moreira-Primo e França (2023) realizaram um estudo com 136 crianças de escolas públicas residentes no nordeste brasileira, sendo 56 brancas (41,2%), 34 pardas (25%) e 46 pretas (33,8%), com 77 (56,6%) o sexo feminino e 59 (43,4%) do sexo masculino e idade média de 8 anos. Em relação a Identidade racial “gostar de ser branco/negro”, notou-se que as crianças brancas apresentam maior satisfação com a sua pertença racial. As crianças pardas apresentam identidade racial menos positiva que as brancas, mas mais positivas do que as pretas. Porém, identificou-se também que as crianças pardas e pretas com o avanço da idade, tendem a gostar mais de serem negras (pretas e pardas) e começam a apresentar identidade racial mais positiva, simultaneamente com as crianças brancas.

O contexto escolar tem grande participação no desenvolvimento infantil, pois é o ambiente inicial que a criança se percebe longe da família e com a necessidade da busca por um grupo para pertencer. O primeiro processo de socialização da criança geralmente ocorre no núcleo familiar, o que torna a escola o seu segundo contato de socialização, com uma maior diversidade étnico-racial (França, 2023; Gomes, 2002a). O termo étnico-racial na Psicologia Social é usado para referenciar grupos racializados ou etnicizados, a partir da compreensão da raça e da etnia como socialmente construídos (Cabecinhas, 2007).

Existem na literatura um conjunto de estudos interessados em entender como se processa a transmissão de informações sobre relações étnico-raciais entre as pessoas. Esses estudos são corporificados em um construto denominado socialização étnico-racial. Os primeiros estudos nessa área emergiram nos Estados Unidos, os pesquisadores começaram se preocupar em entender como pais negros educavam seus filhos para o enfrentamento do

racismo e compreendiam as relações étnico-raciais existentes na sociedade (Silva, 2021; Hugles et al., 2006; Moreira-Primo & França, 2024). Posteriormente, os estudos ampliaram-se para outros grupos étnicos e raciais e outros contextos de convivência como na escola.

Portanto, considera-se a socialização étnico-racial os processos utilizados pelas agências e agentes socializadores, formados por um conjunto de comunicações que podem ser verbais ou não verbais, e intencionais ou não-intencionais. Como, por exemplo, as escolas e os professores, a família e os pais. Tendo como objetivo produzir a conscientização sobre o pertencimento e os valores sociais de grupos étnicos e raciais, e o desenvolvimento de estratégias para o combate do racismo (Hughes & Chen, 1999; Hughes et al., 2006; França & Da Costa Silva, 2021; França, 2023). Formada por um processo dinâmico, onde os envolvidos ensinam e aprendem de forma mútua, e o contexto que dirá quem se colocará como agente ou aprendiz (França, 2013).

As mensagens socializadoras são compostas tanto por verbalizações explícitas, quanto obtidas pela observação de comportamentos e regularidades sociais, através da relação com o outro na escola, na família, entre amigos e nas mídias (Hughes et al., 2017; França, 2023). Sobre os tipos de mensagens de socialização étnico-racial podem ser de diferentes conteúdos. Hughes e Chen (1999) afirmam que as mensagens podem ser com ênfase da socialização cultural, dotado da partilha de tradições e histórias que promovem o orgulho cultural, racial e étnico, com o uso de livros, música, culinária e comemoração dos feriados culturais; ou com ênfase na preparação para o preconceito, embasadas na conscientização sobre a existência da discriminação e do preconceito, e com a preparação para lidar com os fenômenos.

Portanto, é necessário instituir locais de formações onde os professores possam expressar os seus temores, mas também criar estratégias para uma sala de aula mais antirracista (bell hooks, 2017). A sala de aula deve ser um espaço para discutir e refletir temáticas étnico-raciais para a construção de uma educação antirracista e, conseqüentemente, para uma sociedade

mais justa e inclusiva. Os professores, como principais agentes mediadores na transmissão de conhecimentos, têm a responsabilidade de transmitir, às novas gerações, o legado cultural sistemático que impulsiona o desenvolvimento humano (Pinheiro, 2023).

Diante do elevado número de crianças negras e indígenas que ainda sofrem discriminação racial no contexto escolar, o Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES), vinculado à Universidade Federal de Sergipe, desenvolve estudos, pesquisas e intervenções monitoradas de combate aos vários tipos de expressões de preconceitos no Ensino Básico da rede pública estadual de Sergipe. O projeto foi submetido ao Edital de “Equidade Racial na Educação Básica: pesquisa aplicada e artigos científicos”, concorrido e aprovado em 2021, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de Sergipe ao Edital FAPITEC/SE/SEDUC n.º 09/2021. Desde fevereiro de 2022, o OPPES tem desenvolvido, com alunos, intervenções sobre a promoção da identidade étnico-racial, identidade religiosa, identidade de gênero e combate ao racismo, capacitismo, heterossexismo, sexismo e à intolerância religiosa, junto à produção de livros, cartilhas e protocolos para a realização de intervenções nas escolas.

Mas por que é necessária a realização de trabalhos interventivos com professores para promoção de uma educação antirracista? Em estudo realizado por Santos, França e Moreira-Primo (2020), sobre a socialização étnico-racial dos professores, participaram de uma entrevista 69 profissionais, sendo 56,2% do sexo feminino e 34,8% do sexo masculino, com 62% atuantes no estado de Sergipe e 38% no interior da Bahia. Se autodeclararam brancos 56,5%, pretos 21,7% e pardos 20,3%. Os autores identificaram que os professores possuíam baixa socialização e são poucas as vezes que se referem ou falam sobre a história, cultura e religião das pessoas negras e indígenas nas suas aulas (Santos, França & Moreira-Primo, 2020). Além disso, enfrentavam dificuldades ao lidar com a discriminação racial na rotina escolar (Carvalho & França, 2019).

Em estudo realizado por Carvalho (2020), com 41 professores, notou-se que a maioria dos professores direcionou a responsabilidade de combate ao racismo aos pais e aos próprios alunos, isentando a sua responsabilidade. Souza (2022) realizou estudo com 130 professores que trabalhavam na Educação Básica Pública brasileira com idades entre 20 e 64 anos. Em relação a pertença étnico-racial, 16,9% eram brancos, 49,2% pardos, 30,8% pretos, 1,5% amarelo e 1,5% indígena. A pesquisadora identificou que 16,2% dos professores que participaram de pesquisa não conheciam as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/08. Ainda 28,5% disseram não desenvolver atividades com temáticas das leis, 21,5% afirmaram que não existe racismo na escola que trabalham e 28,5% disseram não colocar as leis nos seus planos de aulas. Entre os professores que reconheceram a existência do racismo na escola, identificou-se que 28,4% deles não trabalham as temáticas propostas pelas leis nas suas aulas. A não adesão da lei pelos professores mesmo após o seu conhecimento pode estar atrelado a falta de formações que mostrem a sua importância e desenvolva de forma prática estratégias para a inserção das temáticas de forma contínua nos calendários e planos escolares. Os motivos mais presentes, além do desconhecimento da existência das leis, está a carga horária de trabalho intensa; a dificuldade de conciliar as relações éticas e raciais com o conteúdo programático das disciplinas; e não ter formações específicas sobre a temática.

Nas escolas, crianças negras ainda tendem a receber menos carinho, atenção e elogios dos professores (Aguiar, 2008; Pinheiro, 2023), ou notas maiores em respostas iguais são atribuídas para crianças brancas, enquanto as crianças negras recebem notas inferiores (França, 2017). Isso contribui, diretamente, com a evasão escolar e o menor desempenho de alunos negros e indígenas e, conseqüentemente, para a inserção em trabalhos subalternos na adolescência e na adultez. Porém, a escola não pode fomentar o abandono, mas fortalecer os acessos e promover estratégias de permanência.

É necessário formar professores que compreendam a presença do racismo na escola em

todos os seus níveis, e que não o tratem apenas como um problema de pessoas negras ou indígenas, mas de responsabilidade de todos, o que inclui professores e gestores brancos que, através da ocupação de um lugar de sujeito universal, não negligenciem o seu papel de antirracista na escola e na sociedade. Devem compreender a responsabilidade e oportunidade de falar sobre equidade racial em salas de aulas, independente da sua raça e etnia (Pinheiro, 2023).

Por sua vez, a Psicologia Social tem muito a contribuir com a Teoria da Socialização Étnico-racial para possíveis mudanças significativas na educação, que, além de contribuir com o enfrentamento e as estratégias de combate ao racismo, corrobora com impactos positivos para identidades negras e indígenas. Portanto, a dissertação foi desenvolvida para a compreensão sobre o racismo na escola e o desenvolvimento de caminhos possíveis para a realização de intervenções antirracistas com professores. Além disso, espera-se que possa contribuir com a comunidade científica para novos estudos sobre as relações étnicas e raciais. Ademais, para a construção de políticas públicas que corroborem uma educação antirracista, com a valorização das identidades negras e indígenas, e a prevenção e combate do racismo. Pois o combate ao racismo na escola não deve ser considerado algo pontual e individualizado, mas contínuo, e através do envolvimento de toda a comunidade educativa e gestão política.

Assim, a dissertação teve como objetivo geral descrever o estudo interventivo de capacitação para professores da Educação Básica Estadual em Sergipe no enfrentamento do racismo de forma contínua. Como objetivos específicos: identificar se os professores da Educação Básica reconhecem a existência do racismo na escola e compreendem a importância da socialização étnico-racial; desenvolver e oferecer capacitação para professores da Educação Básica Estadual para enfrentamento do racismo na escola; apresentar caminhos metodológicos da capacitação com professores; identificar se houve mudanças significativas na percepção dos professores quanto ao racismo e o seu enfrentamento pós-capacitação.

Para o alcance dos objetivos, o estudo foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo se refere à compreensão do fenômeno estudado, o racismo. Foi dividido em três tópicos centrais: (1) da Raça e Etnia à Racialização e Etnicização, que parte de uma discussão sobre os conceitos de raça e de etnia, e os processos para racialização e etnicização dos grupos, junto às contribuições desse processo para a perpetuação do racismo na sociedade; (2) Expressões do Racismo abordou o conceito do fenômeno e os seus tipos de expressões a partir da Psicologia Social; (3) O Racismo em Níveis traçou uma discussão sobre os níveis do racismo na sociedade e como aparecem na escola.

No segundo capítulo, traçou-se uma discussão sobre o aporte teórico da dissertação, a Teoria da Socialização Étnico-racial, seguida de uma discussão sobre a sua importância para a escola e os estudos das relações étnico e raciais. Nesse sentido, o capítulo foi dividido em dois tópicos: (1) A Socialização e a Socialização Étnico-racial, que traçou o desenvolvimento da teoria como estratégia de enfrentamento ao racismo em famílias negras e, posteriormente, a sua inserção nas escolas; (2) A Socialização Étnico-racial na Escola, abordou contribuições e benefícios da teoria no contexto escolar, sendo que, se inserida de forma contínua, pode ser uma potente estratégia para o enfrentamento do racismo, para a educação antirracista e contribuições positivas no desenvolvimento de identidades negras e indígenas.

O terceiro capítulo, para a compreensão da percepção do(a) professor(a) da Escola estadual sobre a socialização étnico-racial e o enfrentamento ao racismo na escola, apresentou um estudo empírico, realizado com 12 professores da Educação Básica estadual, em uma escola localizada na região metropolitana de Aracaju, Sergipe. Como instrumento de coleta de dados, foram realizados dois grupos focais, com os dados analisados no *software Iramuteq*, a partir do método da Nuvem de Palavras e da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados mostraram que, mesmo com a presença de comportamentos racistas na escola, os professores ainda costumam negar ou silenciar o fenômeno, e não adotar estratégias

permanentes de combate.

No quarto capítulo, a partir dos resultados do estudo anterior, de achados na literatura a respeito da negação do racismo, da falta de práticas antirracistas e da socialização étnico-racial, de forma contínua na escola, traçaram-se os passos metodológicos da intervenção de capacitação desenvolvida e ofertada aos professores: “Diálogos com professores para o trabalho contínuo contra o racismo nas escolas”. Além disso, o capítulo também discorre sobre os impactos dos encontros formativos. Os resultados mostraram que os professores passaram a reconhecer o racismo na escola, mas ainda encontram muitas dificuldades no enfrentamento e acreditam que mudanças significativas podem ser alcançadas mediante investimentos em formações com professores e inserção de estratégias de combate na rotina escolar.

CAPÍTULO 1

EXPRESSÕES DO RACISMO E OS SEUS IMPACTOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Resumo: No contexto escolar, há diversas formas de preconceitos, incluindo o racismo e a discriminação racial, que apresentam impactos deletérios no desempenho escolar, no desenvolvimento social e na construção de identidades positivas para indivíduos de grupos étnico-raciais desvalorizados socialmente, como negros e indígenas. Este capítulo teve como foco compreender as expressões do racismo. Assim, foi dividido em três importantes tópicos: (1) inicialmente fez-se necessário desenvolver uma discussão sobre os conceitos de raça e etnia, os processos para a racialização e etnicização dos grupos, e as contribuições para a perpetuação do racismo na sociedade. Em sequência, (2) o racismo foi discutido, a partir de teorias de Psicologia Social e, por último, (3) como o racismo aparece em níveis na sociedade e na escola. Espera-se que o capítulo contribua na compreensão do fenômeno, para que, no desenvolvimento futuro de novas pesquisas e estratégias para combatê-lo, seja pautada também no seu conhecimento em todas as suas formas, esferas e contextos.

Palavras-chave: escola, racismo, etnicização, racialização, relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

A escola é uma importante instituição social e espaço de socialização, e por isso é marcada pela presença de diversos fenômenos que atravessam a sociedade e comprometem a harmonia das relações entre os indivíduos nela presentes, assim como os objetivos inerentes a essa instituição. Entre os fenômenos que causam impactos negativos, o racismo é um grande desafio, pois, muitas vezes, o ambiente escolar se torna inóspito para crianças negras e indígenas. O fenômeno pode se manifestar nas relações cotidianas de caráter intergrupais ou

não, como em materiais didáticos, no currículo e na própria organização do espaço escolar (Moreira-Primo & França, 2020).

Em 2023 numa pesquisa nacional “Percepções sobre o racismo no Brasil”, verificou-se que 81% dos participantes afirmam que o Brasil é um país racista. Mas, quando questionadas se “estudam em uma escola/faculdade/universidade racista”, apenas 13% percebem seu local de estudo como racista, enquanto 67% não veem esses espaços assim (Nganga, 2023). Destes, em relação a discussões na escola sobre o racismo, identificou-se que 47% consideraram que a temática foi abordada de forma adequada, enquanto 52% consideraram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada (Nganga, 2023). E sobre a importância dada ao tema, ou seja, se as escolas devem falar sobre o racismo, 69% dos entrevistados consideram que deve ser discutido.

Sendo o racismo um processo formado por hierarquização, exclusão e discriminação de alguns grupos, baseado em uma marca física que pode ser real ou imaginada (Lima & Vala, 2004), envolve-se um conjunto de crenças que se reconfiguram e adaptam diante dos diferentes contextos históricos, sociais e psicológicos. Porém, também tem origem nas relações de poder, de dominação e opressão de um grupo sobre outros, que se rege pela manutenção de privilégios de um grupo e inviabilização de outros na sociedade (Lima, 2020; Vala, 2021).

Muitos são os efeitos deletérios desse processo em crianças e adolescentes negros e indígenas. O racismo na escola impede o desenvolvimento saudável e impacta negativamente o bem-estar psicológico. Em revisão de literatura com achados desde 1999, Moreira-Primo e França (2020) afirmam que a inferiorização do negro no ambiente escolar tem forte impacto negativo na construção da identidade das crianças negras, causando nelas o desejo de mudança do grupo, ou seja, o desejo de tornarem-se brancas (Trinidad, 2016). Além disso, contribui-se no desenvolvimento de outros fatores, como a intensificação de sintomas depressivos, de

solidão e baixa autoestima (Cavalleiro, 1999; Priest et al., 2014).

É fundamental que o racismo na escola seja combatido a partir de práticas educacionais constantes. Contudo, primeiramente, é necessário compreendê-lo como o fenômeno que se expressa nos seus variados tipos e níveis. Nesse sentido, o capítulo tem como principal objetivo compreender o Racismo a partir de Teorias da Psicologia Social e será dividido em três tópicos principais: (1) da Raça e Etnia à Racialização e Etnicização, que parte de uma discussão sobre os conceitos de raça e de etnia, e os processos para racialização e etnicização dos grupos, junto às contribuições desse processo para a perpetuação do racismo na sociedade; (2) Expressões do Racismo abordou o conceito do fenômeno e os seus tipos de expressões a partir da Psicologia Social; (3) O Racismo em Níveis traçou uma discussão sobre os níveis do racismo na sociedade e, consequentemente, na escola.

Da raça e etnia à racialização e etnicização

O conceito de raça, utilizado para compreensão da diversidade dos seres humanos, amparado em traços fenotípicos, comportamentos e culturas, foi modificado ao longo do tempo. Inicialmente, definido pelos naturalistas do séc. XVIII, foi considerada a variabilidade humana, a partir das diferenças físicas com respaldo na cor da pele. Mesmo com a variabilidade de classificações raciais, mantinham-se em três raças distintas: negra, amarela e branca, baseada nos americanos, africanos, asiáticos e europeus. A partir do séc. XIX, outras características físicas foram adicionadas como critérios nas diferenças e no estabelecimento de classificações raciais, como lábios, nariz, textura do cabelo e formato do crânio. No séc. XX, surgiram novos estudos, compreendendo a diversidade de marcadores genéticos e levando à conclusão da não existência de raças biológicas, mas que as concepções inerentes ao termo raça foram construídas socialmente para propósitos específicos (Munanga, 2004; Cabecinhas, 2007; Vala,

2021). “É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (Munanga, 2004, p. 6).

A pesquisa científica passou a considerar a raça como um construto social (Richeson & Sommers, 2016), significando que a existência de marcadores físicos que diferenciam pessoas, em si, não produz a inferioridade natural ou diferenças inatas de habilidades entre os seres humanos (Cabecinhas, 2007; Lima, 2020; Vala, 2021). Não se refere o termo ao conceito biológico de raças humanas utilizado em contextos de opressão e dominação, como durante o nazismo de Hitler, na Alemanha (Gomes, 2005). “Usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo” (Gomes, 2005, p. 45).

A partir dessa compreensão mais ampla da noção de raça, o conceito de racialização ressalta o uso pelas forças sociais e o poder político das características físicas, geralmente chamadas raciais, como forma de inferiorização e dominação dos grupos de indivíduos que as possuem (Cabecinhas, 2007; Lima, 2020; Vala, 2021). Para Phoenix (2022), é um processo relacional, socialmente construído, cujos atores assumem posições raciais diferentes que fundamentam relações de poder e envolvem exclusões e inclusões de pessoas em processos significativos na sociedade. O termo sugere que raças não são naturais, estáticas e imutáveis, mas um processo socialmente construído, significativo, relacional e mutável (Urciuoli, 2020).

Após a Segunda Guerra Mundial, a concepção das diferenças entre grupos humanos, antes baseada nas características biológicas, entendidas como diferenças de raça, começa a se modificar como resultado da crítica ao nazismo e ao antisemitismo, dos movimentos de libertação dos africanos, da luta do povo negro americano e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O genocídio de inúmeros judeus e ciganos no período da Segunda Guerra Mundial influenciou cientistas e políticos a problematizarem a noção de raça. Dessa forma, a cultura ganha espaço e grupos étnicos são considerados para enfatizar não mais heranças biológicas,

mas as culturais. As explicações das diferenças entre grupos foram dirigidas para os aspectos culturais, com atuação no campo da etnia (Cabecinhas, 2007).

As noções de etnia começam a ser exploradas, referindo-se ao que é sociocultural, psicológico e histórico. Uma etnia é formada por um grupo de indivíduos com origens e interesses comuns, como crenças, costumes, cultura, linguagem e religião. Um grupo étnico não é simplesmente um agrupamento de indivíduos, mas uma agregação consciente de indivíduos que partilham experiências (Cashmore, 2000) e dão significados conjuntamente a partir de vivências subjetivas. Quando se discute etnia, o seu conceito está voltado para o social, cultural e histórico de um grupo (Cabecinhas, 2007).

Entretanto, o modo preconceituoso que fundamentava a compreensão da raça como algo fixo, imutável e determinador de características psicológicas foi direcionado ao conceito de etnia, reverberando numa compreensão discriminatória das diferenças entre os grupos, sobretudo os estigmatizados ou minoritários (Cabecinhas, 2007; Lima, 2020). Apesar da inserção da etnia para classificação dos povos, assim como a racialização, seguiu-se para um processo de etnicização, discutido pela primeira vez pelo sociólogo Willian Graham Sumner em 1906, processo pelo qual a cultura passa a ser considerada algo estático e absoluto. Para Sumner, o etnocentrismo é a valorização do próprio grupo como embasamento e primazia para a avaliação do(s) outro(s) grupo(s), sendo um fenômeno universal, evidenciado em todos os povos. É ainda dotado de fatores cognitivos, afetivos, avaliativos e comportamentais, processando-se pela tendência de colocar o próprio grupo no centro, como superior, e inferiorizar os demais grupos (Cabecinhas, 2010). É o processo de poder nas relações sociais que divide o “nós” do “eles” e nega a cultura do outro (Zembylas, 2010). A ideologia racista configura-se a partir de fatores sociais e psicológicos, classificando-os como processos de categorizações étnico-raciais naturalizantes, consequentemente, considera natural o poder de dominação de um grupo étnico-racial sobre os outros (Vala, 2021).

Expressões do Racismo

O preconceito, inicialmente definido por Allport (1954) como uma atitude hostil, na Psicologia Social, é compreendido como processos cognitivos (estereótipos), afetivos (aversão) e comportamentais (discriminação), direcionados a um indivíduo ou grupo por fazer parte de grupos socialmente desvalorizados (Zanna & Rempel, 1988; Lima, 2013, 2020). Para Allport, o preconceito é aprendido socialmente através dos agentes de socialização, como a família e a escola (França & Da Costa Silva, 2021). A partir das relações intergrupais, o preconceito também é entendido como diferenciação e separação entre os grupos, é a valorização do grupo de pertença, junto ao menosprezo ao grupo do outro (Tajfel, 1982). Também está vinculado à relação de poder, hierarquização, dominação e busca por justificativas aos atos discriminatórios (Pereira, Torres & Almeida, 2003). Considerar que pessoas negras não são confiáveis ou que os indígenas moram na floresta e vivem só da caça e pesca são exemplos de estereótipos contra esses grupos, baseados na raça e na etnia desses povos.

Portanto, o preconceito racial não passa de uma atitude hostil dirigida a indivíduos que fazem parte de algum grupo socialmente desvalorizado pela sociedade com embasamento racial, enquanto o racismo não é somente uma questão de atitudes negativas ou rejeição entre grupos (Vala, 2021). O racismo é mais do que um preconceito, por ser um fenômeno mais abrangente. Além de atitudes negativas, ele está embasado na inferiorização de alguns grupos étnico-raciais e nas relações de poder e dominação. A ideologia racista começa com um processo de categorização ou classificação social, pois se refere à intensificação de características semelhantes de uma categoria e à acentuação das diferenças em relação a outras (Vala, 2021).

A categorização consiste no agrupamento de objetos, acontecimentos ou pessoas, consideradas similares em uma classe ou categoria e, posteriormente, na formulação de

conceitos (Tajfel, 1981). Por exemplo, ao organizarem os livros na prateleira por gênero literário, romances, contos ou dramas, também classificamos pessoas em grupos semelhantes, a partir da nossa percepção para compreensão de diversidade humana, classificando-as em raças e etnias (Vala, 2021).

Como referido, o racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou grupos sociais, com base em características físicas reais ou imaginadas, por demarcações culturais internas que definem padrões de comportamento, como os traços fenotípicos (por exemplo, a cor da pele e a textura do cabelo) e culturais (como os aspectos religiosos). Porém, também está vinculado à dominação de um grupo sobre outro considerado socialmente inferior, em que é estabelecida uma relação de poder e dominação. Envolve um conjunto de crenças construídas e adaptadas socialmente, a depender dos contextos históricos, sociais e psicológicos (Lima & Vala, 2004).

Desde que se começaram os estudos sobre o fenômeno, há uma variedade de tipos de conceituações do racismo na sociedade. As teorias sobre as novas formas de racismo começaram a ser desenvolvidas a partir da década de 70, conceituadas como novos racismos. Nesse período, acreditou-se que o racismo tinha diminuído, porém, a aparente redução do fenômeno surgiu porque as sociedades, diante das novas legislações antirracistas e dos princípios de igualdade e da liberdade, passaram a expressar o preconceito de uma forma mais sutil (Lima & Vala, 2004). O racismo não teria sido reduzido, mas modificado nas suas variadas formas de expressões, apresentado de um jeito mais discreto e complexo (Duckitt, 1992).

O Racismo Simbólico, termo utilizado pela primeira vez por Sears & Kinder (1971) para descrever uma nova descoberta, “é uma forma de racismo individual que não é influenciado de alguma forma pela estrutura social ou instituições” (Bowser, 2017, p. 577), e está pautado na crença de que as pessoas negras recebem mais do que merecem e violam valores importantes tradicionais e da ética protestante (Sears & Kinder, 1981). Não se

acreditava que as pessoas negras ameaçavam a economia, mas os valores e a cultura do grupo dominante, ou seja, era pautado em uma ameaça de cunho simbólico (Lima & Vala, 2004).

O Racismo Moderno, no mesmo viés do Racismo simbólico, “surge de uma necessidade empírica: medir as atitudes raciais públicas dos indivíduos” (Lima & Vala, 2004, p. 404). A teoria surgiu junto à Escala de Racismo Moderno, com o intuito de mensurar a dimensão cognitiva das atitudes raciais (Lima & Vala, 2004). Em suma, refere-se à percepção de que as pessoas negras violam valores importantes para as brancas e alcançam lugares com avanços econômicos de forma rápida, dos quais não são merecedores (McConahay, 1986). Ainda sobre o racismo moderno, foi testado se os níveis de racismo moderno seriam fator demarcador para a não contratação de pessoas negras em vagas de emprego (McConahay, 1983).

Já na década de 80, iniciaram a discussão do Racismo Daltonico, que surge a partir de ideias como “se você não sabe a raça de uma pessoa, não pode discriminá-la” (Bowser, 2017, p. 577). Para os conservadores americanos, daltonismo era uma forma de tornar desnecessárias as ações afirmativas, e até pleitearam retirar a categorização racial de pesquisas financiadas pelo governo federal. Além disso, alguns americanos começaram a defender a ideia de que “a cor de pele não importava, logo não podiam ser racistas”. Porém, o racismo não acabou por causa do daltonismo, surgiu uma nova forma de manifestação racista (Bowser, 2017).

O Racismo Cordial, por sua vez, surgiu por meio de estudos sobre o racismo na realidade brasileira. A fim de analisar o racismo no Brasil, Turra e Venturi (1995) descobriram o Racismo Cordial, dotado da discriminação racial com uma expressão mais superficial, mas nocivos nos seus impactos para identidades negras, como as piadas e os ditos populares de cunho racista como “negro quando não faz besteira na entrada faz na saída”. Turra e Venturi, para analisar o racismo cordial e menos direto, construíram uma escala com 12 itens de expressões como “negro bom é negro de alma branca”. Se o entrevistado concordasse com a

afirmação, seria considerada uma pessoa racista, mesmo que indiretamente. Os dados mostraram que 87% dos brasileiros brancos entrevistados foram racistas em algum momento (Turra & Venturi, 1995).

Já o Racismo *Color-blind*, termo que se traduz no Brasil como “cegueira de cor”, refere-se a características parecidas com o racismo daltônico, e são mais recentes o seu conceito e estudos. Definido por Bonilla-Silva (2020), o *color-blind* tem a sua ideologia baseada na ideia de que a cor de pele não é importante, ou seja, são “cegos à cor”. Apoiado nos princípios do liberalismo, o *color-blind* transfere aos grupos raciais socialmente desvalorizados a responsabilidade de condições precárias de vida. Essa ideologia é defendida pelo discurso de “não vejo cor, vejo pessoas” e que as pessoas negras precisam se esforçar para alcançar as mesmas oportunidades que as brancas (Ribeiro, Moreira-Primo, & França, 2023). Assim, o *color-blind* opera na manutenção do privilégio do grupo dominante, as pessoas brancas, e em lugares subalternos e de discriminação para pessoas negras (Diangelo, 2020).

O Racismo Inconsciente concentra-se na ideia de que o preconceito racial existente no inconsciente do indivíduo é a fonte de comportamentos discriminatórios contra pessoas negras em posições e cargos sociais, como acomodações públicas, candidaturas a empregos e processos judiciais (Bowser, 2017). O racismo inconsciente é dotado de estereótipos de cunho racial, que levam à associação de pessoas negras ao negativo, como perigosas ou preguiçosas. Como exemplo, em estudo realizado por França (2017), com 109 professores em formação, que corrigiram redações com textos iguais, e, em cada redação, continha uma foto de uma criança negra ou branca. Metade dos professores recebeu de crianças brancas e a outra metade de crianças negras. Entre os resultados do estudo, foi identificado que os professores atribuíram significativamente notas maiores para as crianças brancas. Este tipo de racismo concentra-se no nível individual e, conseqüentemente, afeta o nível institucional (Bowser, 2017).

O Racismo em Níveis: como aparecem na escola?

Há três níveis de racismo que se relacionam e reforçam reciprocamente, o individual, institucional e cultural. Por sua vez, o Nível Individual refere-se à forma de expressão que pode ser consciente ou inconsciente. As atitudes implícitas são expressas em três níveis: cognitivo, afetivo e comportamental, no entanto, o racismo individual está próximo do conceito de preconceito, pois o fator psicológico do fenômeno sobressai o fator político.

Nesta concepção, não se pode considerar a existência de uma sociedade e de instituições racistas, mas de indivíduos racistas que agem isoladamente ou em grupos (Almeida, 2019; Lima, 2020). Assim, ainda que o racismo possa acontecer de forma indireta, manifesta-se na discriminação de forma direta (Almeida, 2019). O racismo no nível individual na escola aparece a partir de crenças, sentimentos e atitudes de todos os envolvidos na comunidade escolar. São âmbitos de expressões mais individuais que podem ser conscientes ou não, como as respostas iguais em atividades avaliativas escolares serem atribuídas notas diferentes para crianças negras e brancas, sendo o valor menor para crianças negras (França, 2017).

O nível institucional, diferente do individual, não se expressa em atitudes individuais, mas no seu nível macro, a partir do funcionamento de instituições que têm a raça como embasamento para a oferta de privilégios ou desvantagens para um grupo. Portanto, o racismo não se configura como uma ação isolada, mas a partir de expressões utilizadas por determinados grupos que regem instituições para impor os seus próprios interesses políticos e econômicos, ou seja, o grupo dominante institucionaliza os seus interesses e os impõe a toda a sociedade (Almeida, 2019). O racismo institucional é essencial para a manutenção do privilégio branco, pois mantém o racismo acontecendo por várias gerações. No contexto educacional, o racismo institucional aparece, por exemplo, nos altos índices de evasão escolar e baixo

desempenho de alunos negros, na maior parte da equipe gestora e do corpo docente formado por indivíduos brancos (Bento, 2022; Lima, 2020).

O nível cultural refere-se às mensagens estereotipadas que reforçam as relações hierarquizadas, nas quais pessoas brancas e negras ocupam posições desiguais, como conteúdos caricatos e ênfase no período escravocrata. A não menção à luta, à cultura e ao protagonismo histórico do negro na sociedade é expressa quando as culturas de um povo são apagadas a favor da imposição de outra. É baseado no etnocentrismo, na desvalorização das artes, da religião, das tradições e dos valores dos grupos étnico-raciais minoritários. Na arte, por exemplo, as pessoas negras, por vezes, aparecem como subalternizadas ou invisibilizadas. O racismo cultural se expressa na estrutura escolar, através do apagamento da cultura, dos valores e da religião dos grupos de pessoas negras e indígenas dos currículos estudantis (Munanga, 2004; Moreira-Primo, 2024).

Essa esfera do racismo contribui diretamente com estereótipos sociais negativos direcionados aos grupos e à discriminação racial (Lima, 2020). A discriminação refere-se aos aspectos comportamentais do preconceito (Zanna & Rempel, 1988). O tratamento diferenciado aos grupos racializados e ao impedimento de direitos está ligado à relação de poder e dominação de um grupo sobre o outro (Almeida, 2019). Está imposta pela sociedade ao povo negro através dos trabalhos subalternizados, da violência obstétrica, do desemprego, dos salários menores e do genocídio (Bento, 2022).

Os níveis de racismo se integram, como no seguinte exemplo de Michael Billig (1984), no que se refere ao contexto escolar. Imagina-se que a coordenação de uma escola privada menciona que não ter professores negros na equipe não se trata de racismo individual, porque são os clientes, pais de alunos, que são racistas (racismo cultural) e prejudicaria na adesão de pais na escolha da escola para os filhos (Lima, 2020). O fato de professores negros não serem contratados influencia na reprodução da discriminação e reforça nas taxas de desemprego entre

peessoas negras (racismo institucional), fortalecendo as crenças na sociedade de que pessoas negras “são preguiçosas” ou “não se esforçam” (racismo cultural), e contribui para o racismo individual e a discriminação racial (Lima, 2020).

CONCLUSÃO

Este capítulo teve como objetivo compreender o racismo, os seus variados tipos e níveis na sociedade. Portanto, para compreensão do fenômeno, discutiram-se as construções das noções de raça e etnia, os processos de racialização e etnização de grupos, como forma de manutenção do grupo dominante e privilegiado, e as suas contribuições na perpetuação do racismo na sociedade. Foi necessário discutir os percursos que demarcaram épocas e os avanços da ciência, junto ao alcance da noção de raça e etnia como socialmente construídos.

Portanto, após discutir o percurso histórico de raça e etnia, examinou-se o conceito de racismo como um processo de hierarquização e discriminação, baseado em marcas físicas reais ou imaginadas, mas também como estratégia de manutenção das opressões. Os novos tipos de racismo e os seus três níveis de expressões, o individual, o institucional e o cultural, foram discutidos, para o conhecimento amplo da existência do racismo e as suas formas de expressões na sociedade e escola. Apesar de sutis nos seus modos de expressões, são de impactos danosos para identidades negras e indígenas.

Fizeram-se necessários todos os caminhos traçados nesse capítulo. O racismo, antes de ser combatido, precisa ser compreendido em todas as suas esferas. Espera-se que o capítulo contribua com a produção de conhecimento sobre o racismo em todas as suas expressões e níveis mais sutis e complexos. Para que, posteriormente, seja combatido de forma assertiva e constante na prática diária de professores, psicólogos e toda a comunidade escolar, e contribua para que pessoas negras e indígenas não passem por situações de discriminação racial e violência na escola.

CAPÍTULO 2

SOCIALIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL ESCOLAR

Resumo: A escola é uma das principais agências socializadoras e o(a) professor(a) é o maior referencial no manejo desse processo. Embora seja um espaço para contribuições positivas no desenvolvimento dos indivíduos, a escola também propaga o racismo, e a socialização étnico-racial pode ser uma importante estratégia de combate. Nesse ínterim, este capítulo teve como foco apresentar o desenvolvimento da Teoria da Socialização Étnico-racial e a importância da sua inserção no Ensino Básico brasileiro para uma educação antirracista, com possíveis contribuições positivas para as relações intergrupais no contexto escolar e fora dele. O capítulo foi apresentado em dois tópicos centrais: (1) a socialização e a socialização étnico-racial e (2) a socialização étnico-racial na escola. Espera-se que, em leituras futuras, novas formas de enfrentar o racismo sejam desenvolvidas com embasamento na Teoria da Socialização Étnico-racial e colocadas em prática de forma contínua nas escolas.

Palavras-chave: racismo, escola, socialização, étnico-racial.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de aprendizagem, no qual se constrói a partilha de valores, crenças, regras e conteúdos (França, 2023). Contudo, a escola está inserida em uma sociedade racista e, conseqüentemente, pode ser um espaço que também perpetua o racismo. Ou seja, pode valorizar as diferenças étnico-raciais, mas também estigmatizá-las, segregá-las ou negá-las (Gomes, 2002b). O racismo na escola tende a ser sutil, camuflado, justificado ou negado, e, embora seja um ambiente criado para contribuições positivas no desenvolvimento dos indivíduos, ainda é uma instituição afetada pelo fenômeno em todas as suas estruturas, desde

brincadeiras, materiais pedagógicos, planos de aulas, calendário e organização das salas (Carvalho & Matos, 2020; Feitosa dos Santos, 2014; Moreira-Primo & França, 2020; Santos, França & Moreira-Primo, 2020).

Não obstante, as Leis n.º 10.639 e 11.645/2008, dentre outras iniciativas políticas e governamentais, representem esforços significativos para o combate ao racismo nas escolas, porém os profissionais da comunidade escolar ainda encontram barreiras para efetivar práticas antirracistas continuamente. Por outro lado, ao tempo em que a escola é desafiada pelo racismo, é potente para combatê-lo. O antirracismo refere-se à junção de esforços e ações que visam enfrentar o racismo em todas as suas esferas (Aldana et al., 2019), e a socialização étnico-racial tem sido considerada uma forte oponente à perpetuação e à proliferação do racismo na escola.

No estudo “Percepções sobre o racismo no Brasil”, realizado em 2023, com amostra de 2 mil indivíduos brasileiros de 16 anos ou mais. No que se refere às temáticas mais aprendidas na escola sobre relações étnico-raciais, 52% das pessoas responderam sobre história e cultura indígena, 46% das pessoas mencionaram a história e cultura afro-brasileira, 37% para o racismo e 25% sobre a história e cultura africana. Porém, mais da metade dos entrevistados considerou que, como as temáticas foram abordadas na escola, foi pouco ou nada adequada. Sobre a história e cultura africana, 44% consideraram que o tema foi abordado de forma muito adequada, 54% consideraram ser necessário melhorar a forma de abordagem do tema. Em relação ao racismo, identificou-se que 47% consideraram que o tema foi abordado adequadamente, enquanto 52% consideraram que o tema foi abordado de forma pouco ou nada adequada (Nganga, 2023).

Os estudos da socialização étnico-racial se iniciaram nos Estados Unidos, quando os pesquisadores buscaram a compreensão de como pais negros educavam seus filhos para o enfrentamento do racismo (Silva, 2021; Hugles et al., 2006; Moreira-Primo & França, 2024).

Os estudos iniciaram-se no contexto escolar, mas, posteriormente, estenderam-se para outros espaços de convivência, como a escola.

No Brasil, alguns pesquisadores têm desenvolvido estudos sobre socialização étnico-racial e têm encontrado algumas regularidades. Nos estudos com pais, por exemplo, observa-se que há poucas iniciativas de socialização étnico-racial, entretanto, entre pais com níveis de escolaridade mais elevados, há maior tendência à existência de diálogos sobre relações raciais entre pais e filhos. Um aspecto importante é que, em famílias negras cujas mães falam sobre racismo, os filhos apresentam identidade racial mais fortalecida (França, et al., 2019). Estudos recentes mostraram que pais brancos são mais resistentes ao diálogo sobre socialização étnico-racial (Moreira-Primo, 2024).

Já na escola, o panorama da socialização étnico-racial não é tão animador. Professores não se sentem responsáveis por transmitir conhecimentos sobre relações raciais e racismo, apenas referem o tema esporadicamente (Carvalho, 2020; Santos, França; Moreira-Primo, 2020). A rejeição dos professores por temas ligados às relações raciais já havia sido demonstrada por Feitosa (2014). A autora chama a atenção para a importância da sensibilização dos professores e da criação de ações de combate ao racismo na escola.

Diferentes áreas do conhecimento podem colaborar para a compreensão e formulação de estratégias de combate ao racismo na escola. A Psicologia Social, por sua vez, pode contribuir, oferecendo as suas proposições teóricas e empiricamente fundamentadas, reflexões, discussões e intervenções socializadoras de práticas antirracistas. Portanto, esse capítulo tem como pergunta norteadora: por que a Teoria da Socialização Étnico-racial é relevante para o desenvolvimento de uma educação antirracista no Brasil? Seguida do objetivo: compreender quais os benefícios da socialização étnico-racial no combate ao racismo nas escolas. Para que estratégias de enfrentamento à discriminação racial sejam inseridas no ambiente escolar de forma contínua e contribuam no desenvolvimento positivo de crianças e adolescentes negros e

indígenas.

A escola é um ambiente de socialização para crianças e adolescentes, sendo dotada de características que a tornam um espaço significativo. Distante do formato familiar, desde sua estrutura até o funcionamento, com regras e formalidades. Porém, além da partilha de conhecimentos, a escola também é portadora de normas sociais, autonomia e respeito. Nesse contexto, a maior troca acontece na sala de aula, na relação entre professor e aluno e vice-versa (França, 2013; Muller, 2008). Tendo em vista está importante troca de conhecimentos e experiências, e reconhecendo a necessidade da socialização étnico-racial para o bem-estar emocional, social e escolar dos estudantes, considera-se que é em meio a essa relação professor-aluno que aprendizagens sobre relações étnicas e raciais podem ser efetivadas, com resultados satisfatórios.

A Socialização e a Socialização Étnico-Racial

Diferentes campos da ciência reconheceram a importância da socialização para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, sendo que os estudos iniciais foram empreendidos por duas áreas: sociologia e psicologia. No viés da psicologia, analisa-se como os indivíduos se desenvolvem a partir das relações com o seu grupo de pertença e como se diferenciam dos integrantes de outros grupos. Já a sociológica aborda os ajustes mútuos de comportamentos dos indivíduos para seguir uma ordem social (Camino, 2006). Mas as duas perspectivas referem-se à socialização como uma transmissão de conhecimentos de uma geração para outra (França, 2023).

Dotada de um processo psicossocial de constituição de um indivíduo como ser social, a socialização desenrola-se em diversos espaços, como família, comunidade, mercado de trabalho e, principalmente, na escola (França, 2023). Faz parte de toda a trajetória de vida, a

começar pela infância, período com o seu maior nível de significado, sendo contínua e progressiva. Faz parte de um processo adaptativo por possibilitar aos indivíduos a aquisição de habilidades necessárias que contribuem para torná-lo membro participativo na sociedade em que se está inserido (França, 2023). Isso acontece por meio do repasse de informações aprendidas por uma geração para a próxima, com informações que se resignificam a partir de novas experiências subjetivas (Hughes et al., 2006).

Existem dois momentos no processo de socialização, o primário e o secundário. O primário diz respeito à primeira experiência de socialização do indivíduo na infância. Já “a socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo da sua sociedade” (Berger & Luckmann, 1985, p. 175). Pode-se considerar que a socialização primária se refere ao contato do indivíduo com a primeira agência socializadora, a família, seu primeiro grupo de inserção social. E, como nível secundário da socialização, temos a escola e os pares como exemplo. A escola costuma fazer parte do indivíduo logo na infância, tornando-a como o seu segundo lugar de socialização, mas, geralmente, com um contato com indivíduos de diferentes grupos étnico-raciais (França, 2023).

Já a socialização étnico-racial, os estudos e as mobilizações sobre o tema, emergiram com a luta de grupos étnico-raciais minoritários e a preocupação com o significado de ser negro na sociedade. Teve seu desenvolvimento com a análise das mensagens repassadas dos pais aos filhos negros, com foco no enfrentamento à discriminação vivenciada (França; Silva, 2021). Desde então, aumentam os estudos sobre a socialização étnico-racial, sobretudo, no contexto escolar (Hughes et al., 2006; Priest et al., 2014). A socialização étnico-racial faz parte da constituição e conscientização dos indivíduos enquanto seres membros de um grupo étnico e racial que compartilham histórias, valores, culturas e crenças.

Do ponto de vista conceitual do construto socialização étnico-racial, há variações no

termo, como socialização racial, socialização étnica ou socialização étnico-racial. A socialização racial refere-se à preparação dos indivíduos para o enfrentamento do racismo na sociedade. Por sua vez, socialização étnica é a transmissão de mensagens dos adultos para os mais novos sobre cultura, história, religião e costumes do grupo étnico de pertença. Já a junção dos dois, a socialização étnico-racial, concentra-se na autoestima dos indivíduos; na preparação e capacidade para o enfrentamento à discriminação racial; e na transmissão do conhecimento étnico e racial para fortalecimento das identidades (Hughes et al., 2006).

A literatura sobre o estudo do racismo e da socialização étnico-racial tem se expandido na atualidade. No entanto, são necessários mais estudos que analisem esses fenômenos, ampliando sua compreensão em termos teóricos e conceituais. No presente estudo, utiliza-se França e Da Costa Silva (2021, p. 59), que definem a socialização étnico-racial como o ato de “produzir a conscientização sobre o pertencimento a um grupo étnico e racial, sobre o valor social dos grupos, bem como o fornecimento de estratégias proativas e protetivas às relações étnico-raciais face ao preconceito contra grupos estigmatizados”.

De forma mais ampla, considera-se a socialização étnico-racial quaisquer processos e meios utilizados pelas agências de socialização e seus agentes, formados por um conjunto de comunicações verbais ou não verbais, intencionais ou não-intencionais, como as escolas e os professores ou a família. Cujo objetivo é produzir a conscientização sobre o pertencimento e os valores sociais de grupos étnicos e raciais e, principalmente, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ao racismo (Hughes & Chen, 1999; Hughes et al., 2006; França & Da Costa Silva, 2021; França, 2023). As mensagens socializadoras são compostas tanto por verbalizações explícitas, quanto obtidas pela observação de comportamentos e regularidades sociais, através da relação com o outro, na escola, na família, entre amigos e na mídia (Hughes et al., 2017; França, 2023).

A Socialização Étnico-racial na Escola

No Brasil, tem aumentado o número de pesquisas sobre a socialização étnico-racial na agência família, mas também a sua importância e necessidade para o contexto escolar. Práticas de socialização étnico-raciais variam de acordo com a idade das crianças, pois, para sua efetividade, precisa-se considerar as habilidades cognitivas e vivências. As práticas também precisam variar conforme o gênero, diante do marcador de que meninos podem ter experiências de racismo diferentes das meninas. Ou seja, as mensagens socializadoras precisam atender às capacidades cognitivas e experiências de cada criança e contexto (França, 2023).

Numa revisão de literatura, Moreira-Primo e França (2024) observaram que determinadas mensagens de socialização étnico-racial, quando efetivas, produzem benefícios para o bem-estar e o desenvolvimento de crianças e jovens. O que gera impactos positivos na identidade e na saúde mental de indivíduos pertencentes aos grupos étnico-raciais minoritários, como negros e povos indígenas. A socialização étnico-racial também contribui para a valorização da diversidade étnica e racial, e no enfrentamento do preconceito e da discriminação racial (França & Da Costa Silva, 2021; Moreira-Primo, 2024). No entanto, embora os professores reconheçam a importância da socialização étnico-racial na escola (Matos & França, 2022; Carvalho & França, 2019), Souza (2022) identificou que, em sua maioria, a socialização étnico-racial nesse contexto ainda é concentrada em datas comemorativas, como o dia da consciência negra, expressa de forma sutil ou estereotipada.

Na busca de verificar a percepção acerca da socialização étnico-racial e seus efeitos na identidade étnico-racial, bem como os impactos do racismo na identidade étnico-racial dos estudantes negros, Matos e França (2021) realizaram uma pesquisa com 120 alunos que cursavam os anos finais do ensino fundamental em seis escolas públicas municipais localizadas em municípios da Bahia e Sergipe. Com 45% (54) autodeclarados brancos e 55% (66)

autodeclarados negros. Os dados coletados mostraram que os estudantes negros que têm mais vivências de racismo na escola costumam gostar menos de serem negros. Portanto, compreende-se que, como o grupo étnico e racial de pertença é avaliado, influencia diretamente na construção da identidade étnico-racial de seus membros. Nesse sentido, quando os indivíduos têm consciência da valorização social do próprio grupo social, apresentam uma identidade étnico-racial positiva (Matos & França, 2021). Quando mais mensagens socializadoras de valorização aos grupos étnicos e raciais de pertença são inseridas na escola, alunos negros apresentam identidade étnico-racial mais positiva (Matos & França, 2021).

Estudos sobre a socialização étnico-racial nas escolas e na prática pedagógica diária dos professores têm mostrado impactos positivos. Além da valorização da identidade de estudantes negros e indígenas, contribuem na promoção da saúde mental de crianças e adolescentes, como a diminuição de sintomas depressivos e de ansiedade, assim como atuam na promoção do bem-estar escolar e melhora no desempenho educacional e de aprendizagem. Em estudo interventivo com aproximadamente 80 estudantes no ensino fundamental da rede pública municipal do estado de Sergipe. Com idades entre 5 e 15 anos, cujo objetivo foi promover ações de combate ao racismo e desenvolver estratégias de valorização da identidade racial das crianças e adolescentes negros, França et al. (2022) identificaram, a partir da avaliação dos estudantes, os impactos positivos das intervenções, como orgulho cultural e autoestima. As crianças e adolescentes passaram a valorizar sua própria cor e se sentir mais valorizadas, além dos conhecimentos adquiridos sobre a história e a cultura das pessoas negras, que contribuiu para a valorização do próprio grupo, desenvolvimento positivo da identidade das crianças negras e reconhecimento das diferenças étnico-raciais.

Já a falta de socialização étnico-racial contribui diretamente para que crianças e adolescentes que fazem parte de grupos étnico-raciais desvalorizados socialmente sejam atravessados por inúmeros desafios durante o seu desenvolvimento, como consequência

negativa da discriminação social e desvalorização vivenciada pelo seu grupo étnico-racial de pertença. Desafios esses que impactam em aspectos como saúde mental, desempenho escolar (Hughes et al., 2006), não gostar dos traços fenotípicos e baixa autoestima (Moreira-Primo & França, 2020).

Sobre a identidade étnico-racial dos professores, em estudo realizado com 87 professores, atuantes da educação básica em municípios nos estados da Bahia e Sergipe, brancos, pardos e pretos, de ambos os gêneros, revelou-se que “a cor do professor prediz de modo positivo e significativo a percepção de que o racismo prejudica o desempenho escolar de alunos negros, apenas quando o professor atribuiu alta importância à sua identidade étnico-racial” (Matos & França, 2022, p. 571). Ou seja, a cor da pele dos professores não interferiu na sua consciência sobre a existência do racismo na escola, nem no desenvolvimento de intervenções de enfrentamento, quando o(a) professor(a) atribuiu à sua identidade étnico-racial um valor positivo (Matos & França, 2022).

Em um país como o Brasil, que desvaloriza as contribuições vindas das pessoas negras na sociedade, não é fácil desenvolver uma identidade étnico-racial positiva (Matos & França, 2022). Mas é necessário que estratégias de combate ao racismo sejam desenvolvidas, para que crianças e jovens não vivenciem violências de cunho racial e desenvolvam identidades étnico-raciais mais positivas. A escola é um ambiente que pode oferecer suporte no enfrentamento do racismo. Nesse sentido, o(a) professor(a) pode ser um(a) importante agente socializador para o antirracismo, nos planejamentos de aulas, na organização do calendário escolar e participações ativas nos projetos pedagógicos da escola (França, 2017). Pensar em um calendário que saia do eurocentrismo e foque na cultura do povo negro e indígena, com programações escolares que celebrem marcos históricos e civilizatórios, é fundamental para a constituição dos grupos (Pinheiro, 2023).

CONCLUSÃO

Este capítulo teve como objetivo principal discutir como os estudos da socialização étnico-racial surgiram e compreender como contribui para o enfrentamento do racismo nas escolas. Inicialmente, a socialização e a socialização étnico-racial foram discutidas. Posteriormente, abordou a socialização étnico-racial na escola e os seus impactos nas relações intergrupais dentro desse contexto, e para o desenvolvimento saudável das identidades étnicas e raciais de crianças e adolescentes pertencentes aos grupos minoritários. Notou-se que a partilha de mensagens sobre a cultura, história, religião e crenças das pessoas negras e indígenas pode impactar positivamente as identidades étnico-raciais das crianças pertencentes aos grupos e, além disso, combater o racismo na escola. Mas a falta dela contribuiu negativamente para a não aceitação ao próprio grupo de pertença, baixa autoestima e ansiedade, por exemplo. Percebe-se, também, que o(a) professor(a) pode ser um(a) agente de socialização nesse contexto, mas que ações sobre a temática ainda são pouco frequentes nas escolas.

Houve algumas limitações no desenvolvimento desse capítulo, pois os estudos realizados no Brasil sobre os efeitos da socialização étnico-racial no contexto escolar com professores e alunos ainda são poucos. Mas é um importante início para que novas pesquisas e estudos interventivos surjam com o intuito de compreender e colocar em prática a socialização étnico-racial para obtenção de uma educação antirracista. Porém, para haver demais encaminhamentos futuros na prática, é necessário compreender que a escola é o ambiente de acolhimento, e não se pode reforçar o abandono, mas fortalecer os acessos e desenvolver a cultura de permanência (Pinheiro, 2023) e contribuir para o desenvolvimento de identidades negras e indígenas mais positivas. Além disso, deve haver “reconhecimento da diversidade cultural, por repensar modos de conhecimento e pela desconstrução de antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula” (bell hooks, 2017, p. 45).

A escola é um espaço social muito importante no processo de transformação da realidade social. Ao mesmo tempo que é influenciada pelo sistema, também o influencia. Portanto, precisa ser uma aliada no enfrentamento das opressões estruturais e do racismo (Pinheiro, 2023). Portanto, espera-se também que, a partir da compreensão da Teoria da Socialização Étnico-racial e da sua importância para a escola, surjam mais estudos interventivos de formações antirracistas para professores e gestão escolar. Assim como mudanças significativas nos projetos políticos-pedagógicos e calendários acadêmicos. Para que novas políticas públicas surjam e visem toda a comunidade escolar como importantes agentes do antirracismo, afinal, o esforço coletivo pode ser potente para combatê-lo.

CAPÍTULO 3

O OLHAR DO(A) PROFESSOR(A) PARA A SOCIALIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E O COMBATE AO RACISMO: UM ESTUDO EMPÍRICO

Resumo: Este estudo teve como objetivo principal analisar a percepção dos professores do Ensino Básico estadual acerca da existência do racismo e da compreensão da escola como principal agência socializadora e de enfrentamento à discriminação racial. Trata-se de um estudo empírico, com a participação de 12 professores do ensino básico público de uma escola situada na região metropolitana de Sergipe. O instrumento usado para coleta de dados foi o grupo focal. Para análise dos dados, foram utilizadas a Nuvem de Palavras e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) por meio do *software Iramuteq*. Os principais resultados mostraram que, mesmo com a presença do racismo na escola, os professores tendem à naturalização, à diminuição ou à negação da existência do fenômeno. Muitas vezes, as ações são justificadas como uma espécie de brincadeira, ou seja, sem a intenção de agressões racistas e violência racial, o que contribui diretamente na diminuição da responsabilidade da escola e dos professores no seu enfrentamento. Portanto, compreender a percepção dos professores sobre a existência do racismo na escola e sobre as suas principais estratégias de enfrentamento e identificar se há socialização étnico-racial nos planos de aulas e nos projetos pedagógicos são um importante ponto de partida para planejamentos futuros de intervenções que visem engajamento e responsabilidade dos professores na tarefa de combater o racismo. Espera-se que os resultados, as interpretações, as discussões e as leituras futuras do estudo fomentem a formulação de novas intervenções e políticas públicas e o desenvolvimento de uma educação antirracista.

Palavras-chave: escola, professor, estudantes, racismo, socialização étnico-racial.

INTRODUÇÃO

Desde o dia em que a professora de Artes disse a ele que pintasse sua mãe de amarelo, que ficava mais bonito, Eno ficou entristecido. Uma tristeza fininha que doía e doía, e ele sem saber falar por quê. [...] Amuado pelos

cantos, Eno pensava no sentido de tudo. E não encontrava respostas. Ele era preto, seu pai e sua mãe também. Por que não podia pintar sua mãe de preto? Já ficava chateado com os apelidos que alguns meninos lhe davam, tudo coisa ou bicho. Mas a professora dizer a ele que pintasse a mãe de amarelo? Era demais! [...] (Santana, 2008, p. 6).

O trecho supracitado foi retirado do livro “Minha mãe é negra sim” de Patrícia Santana (2008) e retrata a realidade de muitas crianças negras no contexto educacional brasileiro, que vivenciam variadas formas de expressões do racismo, desde as presentes em materiais didáticos até as presentes na própria organização do espaço escolar (Bento, 2022; Cavalleiro, 1999; Santos, França & Moreira-Primo, 2020). O livro conta a história de uma criança impedida, pela professora, de pintar o desenho da sua mãe na cor preta, alegando que ficaria mais bonito em amarelo. A história apresenta uma situação de racismo e desvalorização da diversidade étnico-racial nas escolas, apresentada por professores que, geralmente, não foram socializados racial e etnicamente nas suas formações (França, 2017).

Em pesquisa realizada por Santos, França e Moreira-Primo (2020), 69 professores, sendo 62% com atuação no estado de Sergipe e 38% no estado da Bahia; 62,8% da rede pública e 32,2% da rede privada; 56,5% autodeclarados brancos, 40% autodeclarados negros e 1,4% não autodeclarados, mostraram indecisão em relação à responsabilidade da escola no enfrentamento de preconceitos e na preparação de aulas que fossem antirracistas. Sobre a socialização étnico-racial, os autores observaram que os professores possuíam baixa socialização, ao afirmarem que só “às vezes” abordam espontaneamente a temática nas suas aulas. Matos e França (2022), em pesquisa realizada com 87 professores da educação básica em atuação em municípios dos estados da Bahia e de Sergipe, verificaram que, quando os professores atribuem à sua identidade étnico-racial um valor positivo, tendem a perceber com maior frequência situações de racismo na escola e a buscar estratégias de enfrentamento.

Cavalleiro (1999), na busca de compreender o racismo na escola, realizou uma pesquisa por meio da observação sistemática, em um período de 8 meses em três salas de aula diferentes, e por meio de entrevistas feitas com crianças. Em seus estudos, identificou o silenciamento dos professores frente a situações de conflitos grupais que envolvem o racismo no contexto escolar. Uma criança relatou na sua pesquisa que *“só porque eu sou preta elas falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Elas me xingaram de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada.”* (Cavalleiro, 1999, p. 43).

Moreira-Primo (2020) também destacou situações similares em estudo realizado com 60 crianças estudantes da rede pública de uma cidade no interior da Bahia: 35 delas (58,3%) do gênero feminino e 25 (41,7%) do gênero masculino, com idades de seis a onze anos; 37 (61,7%) delas categorizadas como negras e 27 (38,3%) categorizadas como brancas. Entre os relatos extraídos, uma criança de 9 anos descreveu a discriminação racial vivenciada na escola e os comportamentos da professora diante da situação: *“na minha escola, os meninos me xingam de macaco, me xingam de todo tipo, de preto, quando eu vou dizer à diretora, eles falam que é mentira [...] eu digo para a professora, mas ela não liga. Eu me sinto muito mal”* (Moreira-Primo, 2020, p. 90).

Feitosa dos Santos (2014), em pesquisa com 69 professores do ensino fundamental de duas escolas públicas em Sergipe, uma em Aracaju e a outra em um município no interior do estado, identificou que, mesmo que os professores reconheçam a existência de conflitos intergrupais com viés racista na escola, costumam optar pelo silenciamento e não desenvolvem práticas contínuas para seu enfrentamento. Contudo, atribuem a responsabilidade de combate a outras instâncias, como governamentais ou familiares (Carvalho, 2020; Cavalleiro, 2000), o que dificulta a execução da escola no papel de combate ao racismo.

Outro fator que dialoga diretamente com a ausência de práticas de combate ao racismo nas escolas brasileiras é a crença no Brasil como um país que exerce a democracia racial, o que

torna desnecessária a luta antirracista nas escolas. A democracia racial refere-se ao estado pleno de igualdade, ou seja, à não existência de diferenciação entre os indivíduos e os grupos étnico-raciais. No entanto, a democracia racial é um mito, não há plena igualdade entre os grupos étnico-raciais no Brasil (Pinheiro, 2023).

Em estudo sobre formação de educadores em antirracismo no Brasil, Da Costa (2014) destaca a necessidade de confrontar hierarquias impostas pelo racismo institucional e práticas cotidianas que reproduzem o fenômeno na escola. É fundamental também reconhecer e discutir, em salas de aula, a história, a cultura e as contribuições valiosas do povo negro na constituição da sociedade, além de se delinear o antirracismo como estratégia fundamental para ser adotada por todos os brasileiros, de todas as cores e classes. Compreendem-se, como práticas antirracistas, aquelas voltadas diretamente para a denúncia do racismo (Pinheiro, 2023).

A Lei n.º 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica. Posteriormente, a Lei n.º 11.645/2008 também incluiu o estudo da história e da cultura dos povos indígenas. Para efetivação das Leis e execução da socialização étnico-racial na agência escola, o(a) professor(a) tem papel fundamental no compartilhamento de mensagens étnico-raciais e de enfrentamento ao racismo (Hughes et al., 2006). Matos (2020), investigando, mediante uma revisão integrativa, como a Lei 10.639/2003 estava sendo implementada nas escolas entre 2004 e 2019, identificou possíveis entraves para sua efetivação. Embora existam diversas formas para a inserção da temática nas escolas, como mudanças na atuação dos professores, alterações nos currículos escolares e execução de projetos interdisciplinares, ainda são inúmeras as lacunas, como resistência por desconhecimento da Lei ou nenhuma importância atribuída à temática. Esses entraves são decorrentes dos diversos fatores que impedem a sua efetivação, como o próprio racismo, a crença de que há democracia racial no Brasil e a ausência de políticas públicas que privilegiem, de forma sistemática, a formação continuada para professores e comunidade escolar.

Para a prática antirracista ser contínua, é necessário pensar em formação para professores. É fundamental, inicialmente, analisar se os professores reconhecem a existência do racismo na escola e a importância do seu enfrentamento, por meio da socialização étnico-racial, inserida em práticas pedagógicas contínuas. Em função disso, este estudo tem como ponto norteador a seguinte indagação: “como os professores enfrentam o racismo na escola?”.

A partir dessa questão, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a compreensão dos professores acerca do racismo na escola e da importância dada à socialização étnico-racial como estratégia de enfrentamento. Esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- (1) Investigar a percepção dos professores em relação à existência do racismo na escola;
- (2) Analisar se os professores trabalham temáticas antirracistas em salas de aula;
- (3) Identificar como os professores enfrentam o racismo na prática educacional diária.

MÉTODO

População do Estudo

Professores da Educação Básica do Colégio estadual localizado em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, região metropolitana de Aracaju. A escola oferta o Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais, o Ensino Médio e a Educação para Jovens e Adultos (EJA). No último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a população residente em Nossa Senhora do Socorro era de 40.779 pessoas autodeclaradas brancas, 33.687, autodeclaradas pretas, 304 autodeclaradas amarelas, 117.081, autodeclaradas pardas e 476 indígenas.

Participantes

Participaram deste estudo 12 professores, divididos em dois grupos de 6 participantes (Trad, 2009). O Grupo 1, em relação a gênero e grupo racial, foi composto por três mulheres (duas negras e uma branca) e três homens (negros). O Grupo 2, em relação a gênero e grupo racial, foi composto por cinco mulheres (três brancas e duas negras) e um homem (negro). A categorização adotada foi com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que a população se autodeclara a partir das opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela.

Instrumentos

O Grupo Focal foi adotado como instrumento de investigação, por ser uma importante técnica qualitativa para coleta de dados em pesquisas sociais e humanas, que permite “fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a capacitação de significados” (Gatti, 2005, p. 9). Adotar esse instrumento permitiu analisar a percepção dos professores acerca dos seus conhecimentos sobre os estudos étnico-raciais e habilidades para prevenção e enfrentamento ao racismo na escola. Os encontros com os participantes dos Grupos 1 e 2 foram gravados a partir do consentimento de todos e as conversas foram transcritas posteriormente.

Em cada um dos grupos focais, houve a participação de três pesquisadoras, que assumiram os seguintes papéis: uma moderadora, responsável por conduzir o grupo e manejar a discussão; uma facilitadora, responsável por auxiliar a moderadora; e uma observadora, responsável por verificar e fazer anotações do desenvolvimento do grupo e das reações dos participantes.

Procedimentos

Os encontros dos grupos focais ocorreram na própria escola, ambiente de trabalho dos professores participantes, em um sábado letivo, em salas distintas, separadas e organizadas para sua execução. A equipe composta por seis pesquisadores foi identificada pelo uso de um crachá com os seus respectivos nomes. As salas de encontro dos grupos focais continham uma mesa grande com cadeiras ao redor para permitir que todos os participantes ouvissem a condução do roteiro (anexo 1) feita pela moderadora e as possíveis contribuições da facilitadora. Os encontros dos grupos foram realizados, de forma simultânea, com tempo médio de 60 minutos. Os dados foram coletados por meio de um gravador, posto no centro da mesa para melhor captação das falas dos participantes.

Após o repasse de algumas instruções sobre a execução das atividades dos grupos e apresentação da função de cada integrante, moderadora, facilitadora e observadora, os professores receberam uma folha com uma imagem (Figura 1) e uma pergunta: “o que esta imagem desperta em você (em termos de emoções, sentimentos, lembranças e experiências)?”, com intuito de estimulá-los para a discussão da temática central a ser abordada nos grupos focais através da escrita.

Figura 1:

“o que esta imagem desperta em você (em termos de emoções, sentimentos, lembranças e experiências)?”



Nota: A figura em questão advém do site *Adobe Stock* e é livre de direitos autorais.

Depois do recolhimento da imagem e da discussão escrita dos professores, a moderadora iniciou a discussão afirmando: “*essa foto que vocês viram representa uma situação de preconceito. O preconceito e a discriminação estão cada vez mais presentes no ambiente escolar.*” Após essa fala, foram disparadas duas perguntas norteadoras da discussão: (a) você já presenciou alguém sendo vítima de preconceito? (b) como se sentiu e reagiu em cada caso?

Os dados coletados foram transcritos, revisados com correções ortográficas e retiradas quaisquer intervenções verbais das moderadoras e facilitadoras (Góes et al., 2021). Posteriormente, foi realizada a análise de dados através das ferramentas metodológicas disponibilizadas pelo *software Iramuteq*.

Análise de dados

As análises de dados qualitativos de *corpora* textuais foram realizadas com o programa *Iramuteq* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) 0.7 alpha 2. Dentre as análises disponíveis no programa, optou-se pela Nuvem de Palavras, por se adequar a *corpora* textuais menores, e pelas análises de emoções, sentimentos, lembranças e experiências despertados nos professores a partir da imagem. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) foi escolhida para o *corpus* dos grupos focais referentes à afirmação “o preconceito e a discriminação estão cada vez mais presentes no ambiente escolar”, como resultado de duas perguntas norteadoras dos encontros dos grupos focais: (1) Você já presenciou alguém sendo vítima de preconceito? (2) Como se sentiu e reagiu em cada caso?

A Nuvem de Palavras é uma análise lexical mais simples, que agrupa palavras e as organiza graficamente a partir da sua frequência. As palavras são apresentadas com tamanhos diferentes, sendo as palavras maiores as que apresentam maior frequência no *corpus* e as palavras

menores as que apresentam frequências inferiores (Camargo & Justo, 2018). Já a CHD permite a criação de classes geradoras, a partir de segmentos de palavras que se apresentam como semelhantes entre si e diferentes das demais classes, organizando os dados analisados em um dendrograma que ilustra as relações entre as classes apresentadas (Camargo & Justo, 2018). Ressalta-se uma sequência de testes de qui-quadrado (χ^2) nos segmentos textuais (ST) que visa “verificar o grau de associação entre as formas linguísticas do *corpus* e as classes lexicais” (Sousa et al., 2020, p. 8), junto ao valor de p ($p < 0.0001$) que identifica o nível de significância da associação da palavra com a classe pertencente (Camargo & Justo, 2018).

Procedimentos Éticos

Este estudo obedece a diretrizes e normas das Resoluções n.º 466 de 12 de dezembro de 2012 e n.º 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que asseguram o respeito ao participante, considerando sua autonomia, sua liberdade de escolha e seu direito ao anonimato. Portanto, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa e aprovado como uma das ações do Observatório Permanente dos Preconceitos em Escolas de Sergipe (OPPES). Os participantes tiveram acesso a informações sobre toda a extensão do projeto de formação e sobre a sua participação voluntária por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Comitê de Ética conforme parecer: 5.245.661 (Apêndice B).

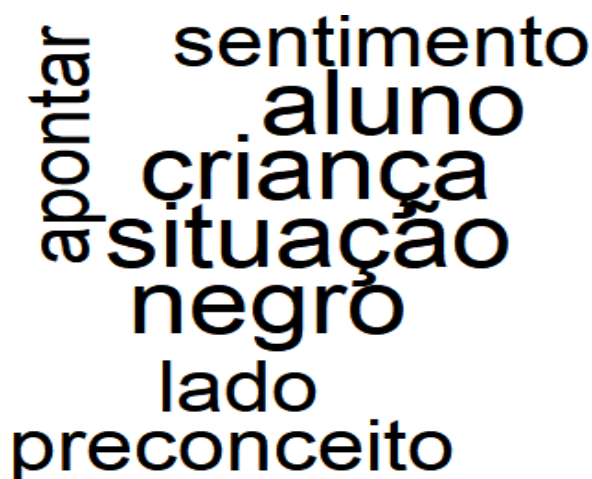
RESULTADOS E DISCUSSÕES

As respostas dos professores diante da pergunta sobre “o que esta imagem (Figura 1) desperta em você (em termos de emoções, sentimentos, lembranças e experiências)” geraram a Nuvem de Palavras. Pela análise realizada, foi possível identificar as palavras que apareceram

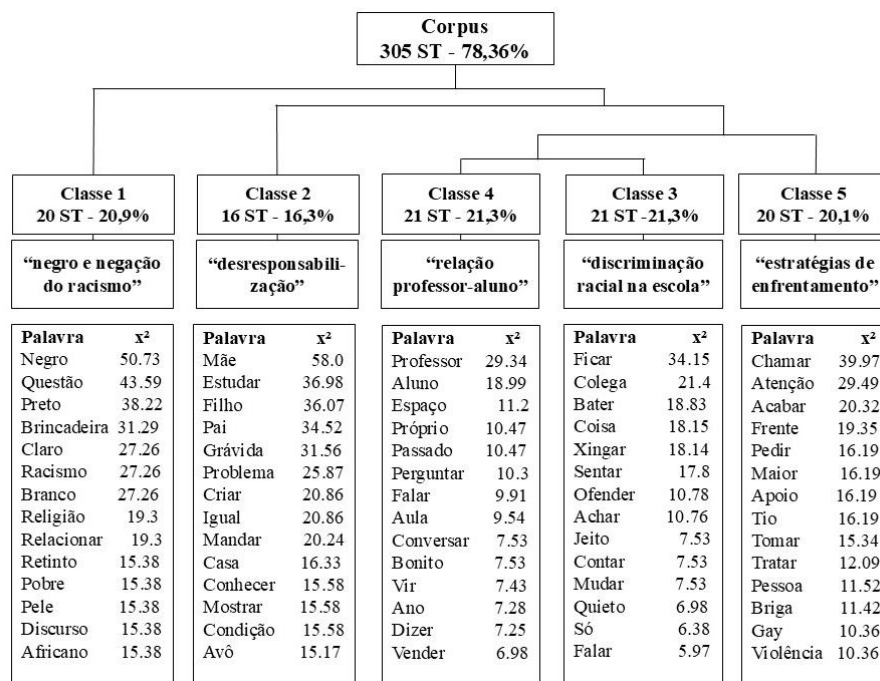
com maior destaque no conjunto, como “sentimento”, “aluno”, “criança”, “situação”, “negro” e “preconceito”, presentes em trechos como: “Transmite uma situação de segregação” e “É uma referência à situação do cotidiano nas escolas, nota-se que o aluno negro está isolado, enquanto os alunos brancos apontam o dedo para esse estudante negro, numa hipotética situação de racismo”, entre outros.

Figura 2:

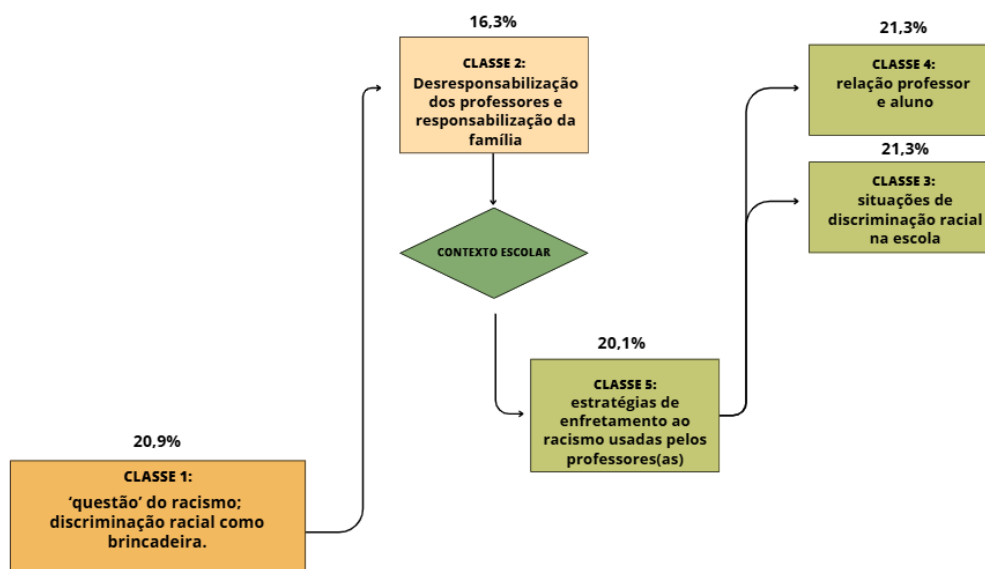
Nuvem de Palavras disponibilizada pelo Iramuteq



Já os resultados dos encontros realizados nos grupos focais foram obtidos por meio da análise de CHD do *corpus* textual, submetido com 305 segmentos de texto (ST) formados (78,36%), considerados relevantes, dividido em cinco grupos de classes de palavras semelhantes. O primeiro grupo abarca os demais, sendo formado pela Classe 1 “negro”. O segundo grupo é formado pela Classe 2 “mãe”. O terceiro grupo é formado pela Classe 5 “chamar” e agrupa mais dois grupos, formados pelas Classes 4 “professor” e 3 “ficar”. As classes estão representadas no dendrograma da CHD (Figura 3): “O preconceito e a discriminação estão cada vez mais presentes no ambiente escolar. (1) Você já presenciou alguém sendo vítima de preconceito? (2) Como se sentiu e reagiu em cada caso?”.

Figura 3:*Dendrograma*

A partir da leitura e interpretação do Dendrograma, percebe-se que as classes formadas se agrupam em três grupos-base. Portanto, pensou-se no esquema abaixo (Figura 4) para melhor visualização dos três principais grupos formados. O dendrograma se inicia com a Classe 1, com representação de 20,9% dos segmentos textuais do *corpus*, que embasa as demais classes, com a temática central “questão” do negro e a negação do racismo. Posteriormente, a Classe 2, com 16,3%, refere-se à desresponsabilização dos professores no combate ao racismo e à transferência para a família. Por último, no contexto da escola, estão as Classes 5, 4 e 3. A Classe 5, com representação de 20,1% do *corpus*, abarca as estratégias de enfrentamento ao racismo utilizadas pelos professores. A Classe 4, com 21,3%, se refere à relação professor-aluno em situações de enfrentamento, e a Classe 3, com representação de 21,3%, abarca situações de discriminação racial no contexto escolar.

Figura 4:*Esquema do Dendrograma**Nota:* elaboração própria.

Nesse íterim, a discussão foi dividida a partir da formulação de questões que concretizam os objetivos deste estudo. O primeiro tópico “Racismo na escola: qual a percepção dos professores?” está vinculado à investigação da percepção dos professores quanto à existência do racismo na escola; já o segundo tópico “Há enfrentamento do racismo na escola?” está vinculado à observação das formas de enfrentamento ao racismo no contexto escolar.

Racismo na escola: qual a percepção dos professores?

A escola, apesar de ser considerada uma instituição protetora e um ambiente de desenvolvimento saudável para os indivíduos, também socializa preconceitos (Gomes, 2002). O racismo na escola está presente nos seus vários níveis: o individual, via crenças, sentimentos e ações de professores, alunos e gestores; o cultural, em cartazes, no currículo escolar, nos livros pedagógicos e planos de aulas; o institucional, na própria organização das salas de aula, evasão de alunos negros e no critério idade-série (Bento, 2022; Cavalleiro, 1999; Lima, 2020;

Santos, França & Moreira-Primo, 2020).

Na maioria das vezes, a discriminação racial na escola é silenciada, minimizada ou negada pela comunidade escolar (Da Costa, 2014). Observa-se que a Classe 1, com representação de 20,9% dos segmentos textuais, refere-se ao racismo negado pelos professores. Com a presença das palavras “negro”, “questão”, “preto”, “brincadeira”, “claro”, “racismo”, “branco”, “religião”, “relacionar”, “retinto”, “pobre”, “pele”, “discurso” e “africano”, com valor significativo ($p < 0.0001$) na classe, tornou-se o embasamento temático das classes seguintes.

Portanto, na análise do *corpus*, foi percebida uma repetição da palavra “questão” utilizada pelos professores. O mesmo aconteceu na Nuvem de Palavras, mas com um termo semelhante, “situação”, utilizado para o mesmo intuito. As palavras “questão” e “situação” sempre apareceram antes de segmentos que se referiam a pessoas negras, como “questão relacionada com o preconceito”, “questão da cor da pele”, “questão racial”, “questão de negro”, “a questão do racismo”, “questão da intolerância com as religiões de matrizes africanas”, “questão do Candomblé”, “situação de segregação” e “situação de racismo”. Tais segmentos podem ser interpretados como eufemismo na língua portuguesa - uma figura de linguagem utilizada para diminuir impactos de palavras ou expressões consideradas desagradáveis (Dicionário Online de Português, 2024). A figura é um recurso estilístico que permite ao interlocutor se expressar, ao mesmo tempo, de modo codificado. Assim, o significado racial interdito pode ser dito sob a condição de ser figurado, por meio de metáforas, metonímias, eufemismos, ironias, humores ou pode ser até negado (Sales Jr., 2006). O eufemismo busca minimizar a percepção e detecção do racismo, mas o que se diz continua a ser violência de cunho racial, dotada de impactos nocivos para identidades negras e indígenas, como pode ser confirmado neste estudo pelo uso da palavra “questão”: *“eu acho que a questão racial, a questão de negro pra eles, é uma coisa tão natural que eles não levam nem muito como*

preconceito, como o pessoal leva, eles estavam na brincadeira”.

No espaço escolar, muitas crianças negras ainda são vítimas de discriminação racial, via agressões verbais ou físicas, mas também via ofensas que são, geralmente, mais sutis na sua detecção (Moreira-Primo & França, 2020). E, infelizmente, é notório que os professores ainda costumam considerar o racismo na escola como um tipo de “brincadeira” entre os alunos, o que minimiza, silencia ou nega o fenômeno e todos os impactos nocivos para identidades negras e/ou indígenas. Isso pode ser percebido no segmento seguinte, extraído da Classe 1:

Teve um caso agora recentemente do 2º B de um menino que ele era monitor, e saiu agora do colégio porque ele fez uma brincadeira relacionado a macaco, ele falou “macaquinhas como vocês estão”, era uma brincadeira entre amigos, mas tinha uma terceira menina que não gostou disso, veio a mãe da menina e tudo, deu uma maior confusão, aí ele acabou pedindo pra sair da escola para não gerar maior problema pra ele, mas isso foi entre eles, na nossa frente a gente não vê essas coisas.

O racismo negado ou ocultado, mediante sutilezas em falas ou comportamentos, visa diminuir a percepção dos impactos do fenômeno, mas continua a ser discriminação racial, com consequências nocivas às vítimas. Trocadilhos, frases feitas e piadas também costumam fazer parte do discurso racista (Sales Jr., 2006). Percebe-se que utilizar “macaquinhas”, no diminutivo, para se referir a meninas e mulheres negras, assim como o termo “questão” e “brincadeira” para falar do racismo praticado na escola, silencia, camufla e nega a existência do fenômeno e a violência vivenciada por identidades negras e indígenas.

Referir que “isso foi entre eles, na nossa frente a gente não vê essas coisas” também é uma forma de silenciar o racismo, ou seja, se práticas racistas não acontecem na presença de professores e gestores da escola, o papel de combate se torna isento e desnecessário. Mesmo que as relações intergrupais na escola sejam atravessadas por conflitos com viés racial, há silenciamento por meio da omissão dos professores e da comunidade escolar (Feitosa dos

Santos, 2014). Cavalleiro (1999) e Moreira-Primo (2020) identificaram em relatos de estudantes que, ao buscar professores e direção da escola como suporte para o enfrentamento ao racismo vivenciado no contexto escolar, os problemas não foram minimizados. A Classe 1 também apresentou um contexto similar: *“você é urubu, não sei o que. Não remete à questão dos preconceitos. Porque o preconceito aqui acho que é o social. Não é em relação à cor da pele [...] é mais em relação ao social mesmo.”*

O racismo e a violência enfrentados por diversas crianças e adolescentes negros e indígenas nas escolas, geralmente disfarçados pelo eufemismo ou negados pelo silenciamento, fazem parte da injúria racial. “Xingar alguém de ‘macaco’, de ‘betume’, de ‘asfalto’ não é *bullying*, é injúria racial, que também é crime” (Pinheiro, 2023, p. 71). Pautada na Lei n. 14.532/2023, sancionada em 11 de janeiro de 2023, ofender a dignidade do outro com base na raça, na cor, na etnia ou na procedência nacional é crime de cunho racista.

Percebe-se que o mito da democracia racial também é uma contribuição potente para a camuflagem da discriminação. A democracia racial refere-se ao estado pleno de igualdade entre as pessoas na sociedade, independente do seu grupo étnico-racial, o que é um mito, pois não há igualdade plena entre pessoas negras e brancas no Brasil (Pinheiro, 2023). Sendo assim, a ideia de que o Brasil é um país que exerce a democracia racial ainda está presente e a luta antirracista nas escolas se torna desnecessária. Como mencionou um(a) professor(a), ainda presente na Classe 1:

Alguém aqui comentou sobre a questão política e realmente ela é muito forte até pra que a gente ganhasse força também em relação a essas questões, porque na época do antigo governo, que teve aquilo do kit gay, que foi aquela manifestação toda, a gente, na verdade, como professor, o certo é a gente acolher todos os grupos, não esse negócio de kit gay, a gente tem alunos gays, negros, brancos, pardos, a gente tem que inserir todos no mesmo local, e aceitar todos e conscientizar os alunos, então essa questão

política era realmente desnecessária, enfatizava muito essa questão do preconceito.

Feitosa dos Santos (2014) identificou que a negação do racismo costuma fazer parte do discurso de professores da Educação Básica e, quando não transferem a responsabilidade de enfrentamento para autoridades governamentais, eles direcionam essa responsabilidade para outras importantes agências socializadoras, como a família. A Classe 2 do dendrograma, que se refere a 16,3% dos segmentos textuais com as palavras com valor significativo ($p < 0.0001$), apresentou vocábulos como “mãe”, “estudar”, “filho”, “pai”, “grávida”, “problema”, “criar”, “igual”, “mandar”, “casa”, “conhecer”, “mostrar”, “condição” e “avô”, o que sinaliza para a desresponsabilização dos professores no enfrentamento ao racismo e para a percepção sobre a dinâmica familiar dos estudantes como principal fonte de proliferação do racismo e dos conflitos entre alunos e, conseqüentemente, como principal agente na responsabilização de enfrentamento do fenômeno.

Os trechos a seguir mostram que os professores, a família e a comunidade são os principais responsáveis por essa conjuntura, como aparece na Classe 2 deste estudo: *“tem uma menina que disse que a mãe dela chega em casa chamando ela de cabelo de... tem muito isso. Entendeu?”* e:

eu percebo que é muito fomentado, se eu vejo algum aluno ruim, chamar os seus pais, aí eu não digo mais, porque às vezes eles respondem, minha mãe é criminosa, meu pai é isso aí, eu percebo que não adianta, né, pelo local que a escola está inserida.

No entanto, o não enfrentamento ao racismo na escola se justifica, na percepção dos professores, já que o racismo é “comum” no cotidiano dos indivíduos. Nesse tópico, observou-se que 20,9% dos professores negam a existência do racismo na escola. Além disso, 16,3% deles terceirizam o combate para a família, o que conseqüentemente reforça a postura negacionista dos professores e os distanciam da responsabilidade de inserção de práticas antirracistas na escola. Ou seja, 37,2% dos professores nos segmentos textuais negam a

presença do racismo e se desresponsabilizam do enfrentamento do fenômeno em prática diária na escola.

Como os professores enfrentam o racismo na escola?

É sabido que a escola reproduz racismo e geralmente o nega (Carvalho & Matos, 2020; Feitosa dos Santos, 2014; Moreira-Primo & França, 2020). Desde 2003, quando foi promulgada a Lei 10.639, tornou-se obrigatória a inserção da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica. Em 2008, essa lei foi modificada pela publicação da Lei n.º 11.645/2008 para inclusão da história e da cultura dos povos indígenas. A partir desse escopo legal, espera-se que a escola e os professores adotem a educação antirracista e incluam nos planos de aulas e calendário escolar, temáticas das relações étnicas e raciais. Por isso, neste tópico buscou-se observar como os professores enfrentam o racismo na escola.

Nesse sentido, as Classes 5, 4 e 3 foram agrupadas no tópico, pois se referem a estratégias de enfrentamento ao racismo no contexto escolar, com representação de 62,7% dos segmentos textuais. A Classe 5 representa 20,1% e se refere a estratégias de enfrentamento à discriminação racial utilizadas pelos professores na escola. As palavras, com o valor significativo de ($p < 0.0001$), na classe foram: “chamar”, “atenção”, “acabar”, “frente”, “pedir”, “maior”, “apoio”, “tio” e “tomar”. Essas palavras estão inseridas em segmentos como nos trechos lexicais seguintes: “*eu vi que esse menino, eu precisava ter mais atenção com ele. Eu boto ele do meu lado, ele sempre, ‘olha, fiz o dever’, e eu ‘olha está bonito’*” e “*Uma vez um professor falou, quando ver alguém deprimido, isolado, chame atenção quanto a isso, então eu faço sempre isso, eu não decoro nome de aluno, mas aqueles que são assim, eu chamo atenção e também os pretinhos da sala.*”

Na Nuvem de Palavras, uma palavra similar aparece: “apontar”. No segmento, essa

palavra se refere à ação dos professores diante do racismo percebido entre alunos na escola, como pode ser visto no trecho seguinte retirado do *corpus*: *“No primeiro momento, falo para as pessoas não apontarem para o menino, depois vou falar com o menino que está sendo apontado e fico do lado dele. Quando eu era adolescente, sim, ficava ao lado de quem era ofendido e continuo fazendo isso na minha sala de aula e na vida.”*

Percebe-se que intervenções antirracistas acontecem pontualmente no momento em que se detectam ações de cunho racista, ou em datas comemorativas (Pinheiro, 2023). Neste estudo, o uso de expressões, como “chamar a atenção”, “colocar pra sentar do lado” ou “dizer que a atividade está bonita”, torna-se ações principais frente ao racismo na escola. Carvalho e França (2019), em revisão integrativa, identificaram que os professores encontram dificuldades para lidar com a temática étnico-racial em salas de aula e “somente os professores que apresentam identidade étnico-racial positiva percebem o racismo e consideram que este causa prejuízos na vida escolar dos discentes negros” (Matos & França, 2022, p. 572).

A negação discutida no tópico anterior leva os professores ao não enfrentamento do racismo de forma eficiente (Cavalleiro, 2000; Feitosa dos Santos, 2014). Portanto, intervenções que visam combater o racismo nas escolas no Brasil têm sido, na sua maioria, realizadas por indivíduos que não fazem parte da comunidade escolar, como professores universitários, pesquisadores e Organizações Não Governamentais (ONGs), e, ainda assim, são poucas as escolas que adotam parcerias para essa atividade (Carvalho & França, 2019; Da Costa, 2014).

Na Classe 4, com representação de 21,3% dos segmentos textuais, as palavras com valor significativo ($p < 0.0001$) foram “professor” e “aluno”. A classe apresenta situações de enfrentamento ao racismo entre professores e alunos no ambiente escolar, como pode ser comprovado no trecho a seguir:

[...] O racismo também é moderado, talvez isso aconteça porque os professores estão ali em cima, mas deve acontecer o preconceito às escondidas, é tanto que você vê

algumas ofensas em sala de aula [...]. Na minha sala, teve esse caso do menino preto retinto que eu vi que eles estavam tirando onda, aí na hora eu falei, porque você está mangando dele, teve um que teve a audácia de falar, e esse pretinho aí que parece um macaco, aí eu parei a aula e falei, porque você está comparando, vamos aqui fazer um teste de cor todo mundo, o porque essa associação, porque tem macaco que é branco, a partir daí foi um gatilho para tirar uma reflexão.

Novamente, há camuflagem do racismo no discurso do(a) professor(a), quando se diz que “*deve acontecer o preconceito às escondidas*”. Afirmar que o racismo é “moderado” também inviabiliza a responsabilidade da escola e dos professores no combate ao fenômeno. As estratégias de enfrentamento utilizadas pelo(a) professor(a), “ *vamos aqui fazer um teste de cor todo mundo [...], porque tem macaco que é branco*”, assemelham-se à professora que disse ao aluno que apresentou comportamento racista em sala de aula “você só é um pouco mais claro, e sabe a cor que tem” (Caparelli & Alves, 2023). Solicitar um teste de cor e afirmar a existência de macacos brancos não questiona a representação naturalizadora e hierarquizada dos grupos na ideologia racista. Souza (2022) notou que os professores, mesmo quando reconhecem a importância da socialização étnico-racial na escola, não costumam desenvolver práticas contínuas que visam compreender as origens do racismo e a importância da promoção da diversidade étnico-racial na escola e na sociedade.

Já a Classe 3, com 21,3% de representação dos segmentos textuais, retrata situações de discriminação racial nas relações intergrupais entre alunos. As palavras da classe com valor significativo ($p < 0.0001$) foram “ficar”, “colega”, “bater”, “coisa”, “xingar” e “sentar”, como pode ser comprovado no trecho a seguir:

aí o menino chamou o outro de gordo, e o outro chamou o outro de macaco, aí eles ficaram nessa ofensa, entendeu, então eu acho que para eles não veem isso como algo tão sério e diferente de uma realidade, numa região bem de vida [...] para alguns alunos

é bastante complexo, sabe? A gente vê que é uma arma, que os anéis é uma arma, que ameaça bater e ficar a marca com os anéis.

A classe integra e comprova o racismo negado nas classes anteriores. A afirmação de que “*então eu acho que para eles não veem isso como algo tão sério e diferente de uma realidade*” pode objetivar minimizar os impactos nocivos do racismo em alunos negros, assim como a responsabilidade do grupo opressor, já que, para os alunos, o racismo “não é nada tão sério” como na realidade. Como nos achados de Cavalleiro (1999), neste estudo, além de identificar que a percepção dos professores sobre o trabalho de enfrentamento ao racismo é desnecessária, nota-se que eles costumam justificar a discriminação racial na escola a partir da crença de que os estudantes não são racistas, pois não “se importam” com a diversidade étnico-racial.

Minimizar a discriminação racial na escola por inúmeros fatores citados, como a crença de que insultos raciais são comuns na vida dos estudantes, são brincadeiras ou moderados e pontuais, não deve anular a responsabilidade da escola e dos professores em exercer o seu papel no enfrentamento ao racismo. Combater o racismo é um dever de todos, por isso, a luta antirracista não deve ser centralidade dos grupos étnico-raciais negros e indígenas. As pessoas brancas têm um papel importante no enfrentamento ao racismo e na luta antirracista, não como tuteladoras, mas ancoradas em seu próprio campo de atuação e no reconhecimento do lugar de privilégio (Pinheiro, 2023).

CONCLUSÃO

O objetivo central deste estudo foi analisar a compreensão de um grupo de professores acerca do racismo na escola e a importância dada ao seu enfrentamento. A análise e a discussão dos dados, coletados pelo uso da metodologia de grupo focal, permitiram ampliar a reflexão sobre o que se colocou como objetivo deste estudo. As discussões foram guiadas por duas questões centrais: “Racismo na Escola: qual a percepção dos professores?” e “Há enfrentamento do racismo na escola?”.

A discussão dos tópicos foi traçada em três pontos centrais: o da negação do racismo pelos professores, a desresponsabilização no enfrentamento e a terceirização para a instância familiar, e o não enfrentamento ao racismo de forma efetiva. Os dados refletem a realidade das formações a que estão submetidos os professores e demais profissionais da comunidade escolar. Pode-se dizer que uma parte significativa dessas pessoas não foi socializada racial e etnicamente durante as suas formações, ou seja, não receberam preparação para o enfrentamento do racismo em seu campo de atuação (França, 2017). Diante disso, quando o racismo não é negado, as estratégias de enfrentamento têm sido pontuais, como em datas comemorativas ou nos momentos de discriminação racial percebida, sendo, portanto, pouco efetivas, uma vez que não são contínuas e presentes nos projetos político-pedagógicos e no calendário escolar.

O presente estudo contribuiu com o conhecimento e a identificação dos fenômenos que impedem o desenvolvimento de uma educação antirracista nas escolas brasileiras. A pouca percepção e a negação dos professores sobre a existência do racismo na escola e os enfrentamentos pontuais demonstram a urgência de investimentos em formações antirracistas para professores, que visem o combate e a prevenção ao racismo e as contribuições positivas para o desenvolvimento de identidades negras e indígenas. A criação de formações para o combate ao racismo com professores tem sido indispensável para fornecer resposta científica

a um problema social deletério: o racismo, possibilitando, assim, a materialização dos esforços políticos contemporâneos para uma educação antirracista (Da Costa, 2014).

Traçadas as qualidades, o estudo também apresentou algumas limitações. As variáveis suplementares para categorização racial dos participantes dos grupos focais para análise do discurso do(a) professor(a) pautado na sua cor de pele não foram identificadas, uma vez que os principais instrumentos foram os grupos focais, gravados em áudios e transcritos em texto corrido, impossibilitando a detecção da cor de pele dos professores participantes. Contudo, o estudo buscou compreender a percepção de um grupo específico de professores de uma escola pública estadual sobre a existência do racismo e as suas formas de enfrentamento, ou seja, o foco da análise não se concentrou em particularidades individuais de cada professor(a). Dito isso, é necessário que caminhos sejam abertos para novos estudos empíricos, com análise em variáveis ainda não discutidas, para mudanças significativas na educação e na diminuição dos conflitos intergrupais de cunho racista na escola.

Espera-se, ainda, que o estudo possa contribuir para fomentar o interesse de pesquisadores para estudos futuros, a ampliação de formações que envolvam toda a comunidade escolar e as redes que se comunicam com a educação. Além disso, espera-se também que sejam estabelecidos diálogos com gestores públicos para promoção do desenvolvimento de intervenções estratégicas, que visem combater as lacunas existentes, com caminhos possíveis para mudanças significativas por meio da criação de novas políticas públicas e coerência na execução de leis já sancionadas.

CAPÍTULO 4

CAPACITAÇÃO PARA PROFESSORES: TRAÇANDO CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Resumo: Este capítulo teve como objetivo apresentar os passos traçados na realização da intervenção de capacitação para professores da Educação Básica para o enfrentamento do racismo na escola, e analisar se houve mudanças significativas na percepção dos professores sobre a existência do racismo na escola e a importância dada à implementação de práticas antirracistas posteriores aos encontros formativos. As intervenções foram realizadas em uma escola da Rede de Ensino Público, em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe. A capacitação “Diálogos com professores para o trabalho contínuo contra o racismo nas escolas” é uma extensão do Observatório dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPEs), que tem como principal objetivo atuar no combate aos preconceitos e conflitos intergrupais nesse contexto. Portanto, a partir de pesquisas desenvolvidas com professores da Educação Básica na literatura e de resultados encontrados no estudo anterior “O Olhar do(a) Professor(a) para a Socialização Étnico-racial e o Combate ao Racismo: um estudo empírico”, com a identificação de fatores como a negação do racismo e a ausência do enfrentamento de forma contínua e efetiva, a formação docente se tornou ponto de partida para mudanças significativas na redução de conflitos grupais e para uma educação antirracista. Nesse sentido, para analisar os impactos da formação nos professores, realizou-se um grupo focal com três professores que participaram dos encontros. A análise dos dados foi realizada no *software Iramuteq*, através da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os principais resultados encontrados mostraram que os professores passaram a reconhecer a existência de manifestações racistas na escola, notaram a importância de discussões sobre a temática e da participação contínua em formações que busquem na prática a formulação de estratégias para enfrentamento à discriminação racial. Desse modo, trabalhar com os professores mostrou-se um caminho possível para mudanças significativas na redução de conflitos grupais na escola e para a promoção de uma educação antirracista. Portanto, os passos metodológicos da intervenção visam contribuir com pesquisas, estudos e intervenções futuras, que objetivem o enfrentamento do racismo e uma educação antirracista contínua e através da prática pedagógica dos professores.

Palavras-chave: capacitação, escola, professores, intervenções, antirracismo.

Por que o Capacitação foi pensada?

O Observatório dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPES) teve como objetivo desenvolver estudos, pesquisas e intervenções monitoradas ao combate aos preconceitos nas escolas de Ensino Básico na rede estadual de Sergipe. Foi projetado em 2020 para o Edital de “Equidade Racial na Educação Básica: pesquisa aplicada e artigos científicos”, concorrido e aprovado em 2021, em parceria com a Secretaria da Educação do estado de Sergipe ao Edital FAPITEC/SE/SEDUC nº 09/2021. Desde fevereiro de 2022, houve o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ao racismo, por meio de ações sistemáticas de diagnóstico, realização e acompanhamento de intervenções, junto à produção de materiais didático-pedagógicos para o combate aos preconceitos na escola.

No entanto, a ideia sobre o trabalho interventivo com professores, para promoção da socialização étnico-racial e enfrentamento ao racismo, partiu da necessidade do(a) professor(a), principal agente de socialização na escola, de combater o racismo de forma contínua, através dos planos de aulas e das práticas pedagógicas, que viabilizem uma educação antirracista. Desde a implementação da Lei 10.639 de 2003 e a sua modificação em 2008 através da Lei nº 11.645, passou a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena inserida no currículo das escolas de educação básica.

No Brasil, ainda são muito presentes as experiências de discriminação racial vivenciadas por crianças negras, por vezes, na sala de aula, onde os próprios professores podem exercer uma socialização racista (Cantuário & Alves, 2021). Portanto, o estudo empírico do capítulo anterior, “O Olhar do(a) Professor(a) para a Socialização Étnico-racial e o Combate ao Racismo: um estudo empírico”, possibilitou identificar que os professores ainda negam e camuflam a existência da discriminação racial na escola e, conseqüentemente, dificulta o desenvolvimento de estratégias eficazes para seu enfrentamento.

Desenvolver intervenções, capacitações e programas de formações com professores é um caminho possível para mudanças significativas na educação (Da Costa, 2014; bell hooks, 2017; Carvalho & França, 2019; Lopez & Jean-Marie, 2021; Pinheiro, 2023). Portanto, a realização do trabalho interventivo, a capacitação de “Diálogos com professores para o trabalho contínuo contra o racismo nas escolas”, desenvolveu intervenções que abarcaram, de forma teórica, temáticas étnicas e raciais, o racismo e as estratégias de enfrentamento. Para tanto, seu objetivo geral foi: oferecer encontros formativos para professores da Educação Básica da rede pública estadual de Sergipe, sobre a promoção da socialização étnico-racial no enfrentamento ao racismo. Seguido dos Objetivos Específicos:

- (1) Discutir com os professores os grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira, o racismo e suas expressões na escola;
- (2) Compartilhar a importância da socialização étnico-racial na escola;
- (3) Conscientizá-los sobre a importância da socialização étnico-racial como estratégia de enfrentamento contínuo ao racismo na escola.

O estudo obedeceu às diretrizes e normas das Resoluções nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por assegurarem o respeito ao participante, considerando sua autonomia e liberdade de escolha e direito ao anonimato. Portanto, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa e aprovado como uma das ações do Observatório Permanente dos Preconceitos em Escolas de Sergipe. Os participantes tiveram acesso a informações sobre toda a extensão do projeto de formação, sua participação voluntária por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Comitê de Ética conforme parecer: 5.245.661.

PASSOS METODOLÓGICOS DA CAPACITAÇÃO

Desenvolvendo parceria com os Professores

Primeiro contato: apresentação do Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES), com a Prof.^a Dr.^a Dalila Xavier e a doutoranda Barbara Ribeiro Santana.

Segundo contato: realização dos dois grupos focais para identificação da percepção dos professores acerca do racismo na escola, que compõe o terceiro capítulo dessa dissertação, e convite para participação nas intervenções de capacitação para o combate do racismo na escola.

Terceiro contato: participação na reunião de planejamento com a coordenação e os professores para principais acordos sobre o início da capacitação.

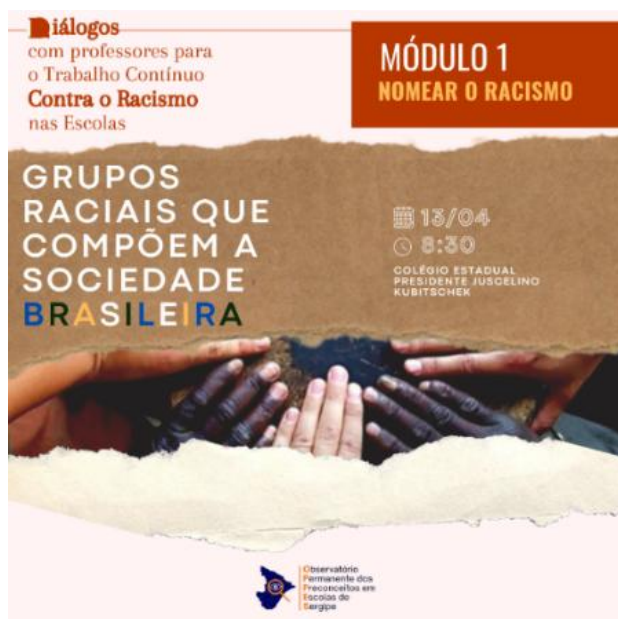
Quarto contato: apresentação da proposta e cronograma da capacitação “*Diálogos com professores para o trabalho contínuo contra o racismo nas escolas*” (Apêndice C).

A Capacitação: Diálogos com professores para o trabalho contínuo contra o racismo nas escolas

Após os primeiros contatos com a escola, houve realização dos grupos focais e delineamento metodológico para a intervenção. Os 12 professores dos grupos focais foram convidados para participar da capacitação, mas apenas quatro professores, três mulheres (duas negras e uma branca) e um homem (branco), aderiram à capacitação. A proposta foi apresentada à coordenadora e a todos os professores envolvidos (Apêndice C). Posteriormente, após o aceite, um grupo do WhatsApp foi formado para contatos, avisos e informações, como o card da Figura 1:

Figura 1

Card da 1ª formação sobre “Grupos Raciais que compõem a sociedade brasileira”

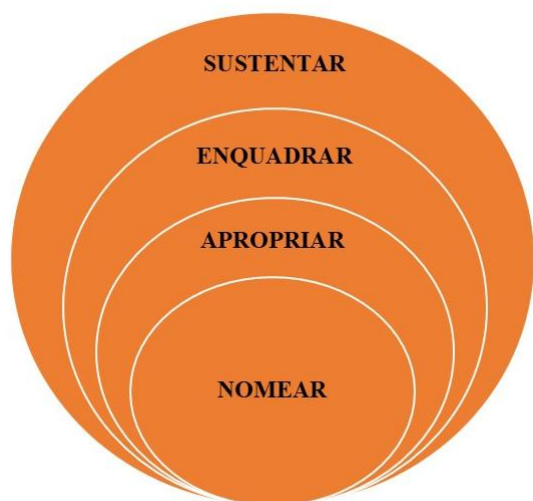


Nota: elaboração própria.

O formato da capacitação foi baseado no modelo proposto por duas pesquisadoras negras, Lopez e Jean-Marie (2021), que, na tarefa de investigar como o racismo se manifesta na escola, após análise, postularam uma estrutura de ações para que gestores e professores possam se dedicar no combate ao fenômeno na escola. Com ações incorporadas à prática pedagógica contínua. Para que isso seja possível, as autoras identificaram a importância de Nomear, Apropriar, Enquadrar e Sustentar, em forma de afunilamento, para que o racismo no contexto escolar seja compreendido e percebido, e depois, enfrentado continuamente. Como demonstra a Figura 2:

Figura 2

Estrutura pensada por Lopez e Jean-Marie (2021, p. 58), para enfrentamento do racismo na escola



Diante da proposta apresentada, a capacitação com professores foi dividida em quatro módulos: Nomear, Apropriar, Enquadrar e Sustentar, com formações desenvolvidas e ministradas também pela doutoranda Barbara Ribeiro Santana, que objetivou dar continuidade ao projeto em sua tese de doutorado e torná-lo um projeto alcançável para outras escolas da rede pública estadual de Sergipe. Foram realizados cinco encontros com os professores, por meio de formações e oficinas, com duração de duas horas, aos sábados letivos, e sugestões de dias possíveis em aberto de março a novembro de 2024.

Em Nomear, Lopez e Jean-Marie (2021) apontam a necessidade da compreensão dos professores sobre o racismo e como ele se expressa na escola, ou seja, é necessário nomeá-lo antes de combatê-lo. O racismo não pode ser substituído por discursos de igualdade e inclusão, baseados no mito da democracia racial, ou minimizado, camuflado e negado. Portanto, no primeiro encontro do **Módulo Nomear**, para o alcance do objetivo de nomear o racismo, foi desenvolvido um conjunto de três formações para diálogos com os professores, com o propósito do conhecimento básico conceitual sobre grupos étnico-raciais, raça e etnia como socialmente construídos e o racismo e suas expressões na escola. A primeira formação

“*Grupos raciais que compõem a sociedade brasileira*” (Apêndice D) teve como objetivo principal uma explanação sobre a diversidade étnico-racial no Brasil.

O encontro foi dividido em três momentos, no primeiro, os professores foram separados em três grupos distintos, para pesquisar as características de grupos étnicos e raciais que compõem a sociedade brasileira: negros, indígenas e brancos. Cada grupo ficou com um computador disponível para realização da pesquisa e acesso a uma página do Google Apresentações “*Quem somos nós?*” com o seguinte enunciado: “*Apresente, de forma breve, as principais características do grupo racial negros/indígenas/brancos, destacando aquilo que, para você, é mais representativo sobre esse grupo. Você pode utilizar recursos escritos, imagens etc.*”. A partir do enunciado, os professores produziram apresentações sobre os grupos étnico-raciais: negros, indígenas e brancos. Como nas Figuras 3, 4 e 5:

Figura 3

Percepção dos Professores sobre Negros

Pessoas negras do Brasil

Negros representam 56% da população brasileira, mas representatividade em cargos de decisão é baixa

Fonte: Agência Senado

SITUAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

RACISMOS

6 pessoas importantes na luta contra o racismo



Figura 4:*Percepção dos Professores sobre os Povos Indígenas***Pessoas indígenas do Brasil**

Entendemos como comunidade indígena um conjunto de pessoas que:

- Mantém relações de parentesco ou vizinhança entre si;
- São descendentes dos povos que habitavam o continente antes da chegada dos europeus;
- Apresentam modos de vida que são transformações das antigas formas de viver das populações originárias das Américas.

A cultura dos povos originários do Brasil

A cultura indígena abarca a produção material e imaterial de inúmeros e distintos povos em todo o Brasil sendo vasta e diversificada.

Cultura que é resultado da mistura de vários grupos, dentre eles os povos indígenas - os primeiros habitantes do território nacional, com sua músicas, vestimentas, culinária, lutas, adornos e enfeites.

**DESTRUIÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA**

- Desmatamento em terras indígenas provocou emissão de CO2 na Amazônia. Pesquisa diz que 59% foram emitidos entre 2019 e 2021, diz UFMA
- Exploração por garimpeiros
- PL 490 e Marco Temporal ameaçam direitos indígenas (restringe a demarcação de terras indígenas)

**PRECONCEITO CONTRA OS INDÍGENAS**

O processo social de povoamento do Brasil foi marcadamente caracterizado pelo preconceito contra os Povos Indígenas desde o primeiro contato com o elemento não indígena, cuja relação sempre se mostrou desastrosa, seja:

- pelas doenças infectocontagiosas trazidas de além-mar,
- seja pela apropriação de suas terras,
- seja pela invalidação de seu modo de vida tradicional e total descrédito de suas crenças,
- seja, enfim, pela própria escravização de seus corpos.

Figura 5*Percepção dos Professores sobre Brancos***Pessoas brancas do Brasil**

Branquitude: termo utilizado para das identidades raciais brancas.

- Privilégios na sociedade.
- A colonização.
- Divisão entre os sujeitos brancos, negros e indígenas.
- Superioridade racial.
- Dominação racial.
- Comparação de raças

No segundo momento, os professores apresentaram o conteúdo produzido em grupo, seguido de uma discussão coletiva sobre os principais pontos referidos. O terceiro momento foi para a exposição do material didático e ao embasamento teórico da formação (Vídeo: Kabengele Munanga - raça, racismo e etnia) sobre os diferentes grupos étnico-raciais existentes no Brasil, e discussão com participação dos professores sobre a temática.

No segundo encontro do **Módulo Nomear**, ainda foi discutido sobre os grupos raciais que compõem a sociedade brasileira (Apêndice E). No primeiro momento, foi retomada a

continuidade da discussão e iniciou-se com o questionamento “o que você recorda do nosso último encontro? Defina em palavras.” No segundo momento, utilizaram-se vídeos sobre os diferentes grupos étnico-raciais existentes no Brasil (negros, indígenas e brancos). Diálogos Ausentes com Luedji Luna (2017), Culturas Indígenas com Márcia Kambeba (2016), e Chegou a hora de falarmos sobre branquitude. Todos estão disponíveis no YouTube. No terceiro momento, houve uma discussão sobre a temática, mediada pelo “Jogo de Roleta” (Figura 6), com perguntas como (1) “comente sobre os aspectos dos vídeos que mais chamaram sua atenção”, (2) “Ao assistir os vídeos, você conheceu alguma informação nova sobre os grupos que neles aparecem?” e (3) “como é para você fazer parte de um grupo étnico-racial?” (Figura 4).

Figura 6

Jogo da Roleta sobre Grupos Étnico-raciais



No último momento do encontro, realizou-se uma discussão teórica sobre diferentes grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira. Embora as discussões iniciais

tenham sido sobre os grupos de pessoas negras, brancas e indígenas, por limitação de número de professores para formações dos grupos, posteriormente, abordamos também os grupos das pessoas amarelas e ciganas.

Ainda no **Módulo Nomear**, em seu terceiro encontro, após discussões sobre os grupos étnico-raciais, iniciamos as discussões sobre a compreensão do racismo na sociedade e suas formas de expressões nas escolas: “*Raça e Racismo: o que a escola tem a ver com isso?*” (Apêndice F). O encontro foi guiado pelo modelo expositivo. Objetivou-se discutir o percurso das definições de raça e etnia, seus usos e significados e as contribuições para a perpetuação do racismo na sociedade, além dos seus níveis de expressões na escola. A formação foi dividida em dois momentos, o primeiro para exposição do conteúdo com embasamento teórico na Psicologia Social e o segundo momento para uma discussão coletiva.

Após os três encontros sobre a nomeação e compreensão do racismo, como sugerido por Lopez e Jean-Marie (2021), iniciou-se o segundo módulo, o **Módulo Apropriar**. Passou-se para o momento em que os professores precisaram refletir sobre a necessidade de quebrar silêncios e compreender sua responsabilidade de combater o racismo na escola, individualmente e em grupo. Esse módulo foi composto por apenas um encontro “Racismo na Escola: qual o papel do(a) professor(a)?” (Apêndice G), que objetivou discutir, de forma mais aprofundada: como o racismo se expressa na escola; quais os impactos negativos do racismo para pessoas negras e indígenas; e como os professores podem atuar como agentes de combate à discriminação racial, continuamente, na escola. O encontro foi guiado pela exposição da temática e, posteriormente, uma discussão coletiva com os professores.

Em terceiro lugar, no quinto encontro, passou-se para o enquadramento, **Módulo Enquadrar**, pois os professores, após nomear e apropriar, devem se enquadrar na busca de estratégias práticas para o combate ao racismo em seus espaços educacionais. “O enquadramento requer ir além de ações performáticas que não levam a mudanças duradouras e

sustentáveis na vida e experiências dos alunos” (Lopez & Jean-Marie, 2021, p. 59). Portanto, este módulo teve como tema “Práticas Antirracistas na Escola: tecendo possibilidades” (Apêndice H), e objetivou, a partir de discussões embasadas na socialização étnico-racial, construir, junto aos professores, possíveis ações contínuas para enfrentamento do racismo nas escolas. O encontro foi dividido em dois momentos, o primeiro realizou uma discussão teórica, e o segundo foi destinado à construção de práticas antirracistas. Os professores foram direcionados à construção conjunta de possíveis estratégias para o enfrentamento do fenômeno em sua prática diária. A atividade teve como tema: “Pensando Práticas Antirracistas na Escola”. O grupo foi guiado por um roteiro para delineamento da atividade, com os seguintes tópicos: disciplinas envolvidas, tema, objetivos, desenvolvimento da intervenção, materiais e tempo para a atividade.

Por último, segundo Lopez e Jean-Marie (2021), os professores precisam **Sustentar** tudo que foi compartilhado, para se obter resultados significativos nas práticas de combate ao racismo nas escolas. A inclusão da educação antirracista deve constar no currículo, no calendário anual e nos planos de aulas dos professores. Mas, para isso, é necessário o desenvolvimento de um trabalho coletivo, bem como uma prática cotidiana que sustente uma educação antirracista durante todo o ano letivo.

PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA ESCOLA PÓS-ENCONTROS FORMATIVOS

Participantes

Entre os 12 professores que participaram dos grupos focais do primeiro estudo, 4 continuaram nos encontros de capacitação e 3 se disponibilizaram para participar desse momento de coleta, sendo duas mulheres negras e um homem branco.

Instrumentos

A partir de uma pergunta norteadora “Desde que iniciamos os encontros formativos, em algum momento durante a atuação na escola, vocês lembraram das temáticas trabalhadas?”, a discussão foi iniciada, gravada e transcrita. Em seguida, os dados coletados foram analisados no *Iramuteq*. Dentre as análises disponíveis no programa, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) foi escolhida para o *corpus* criado com os dados do estudo referente à pergunta norteadora.

Análise de dados

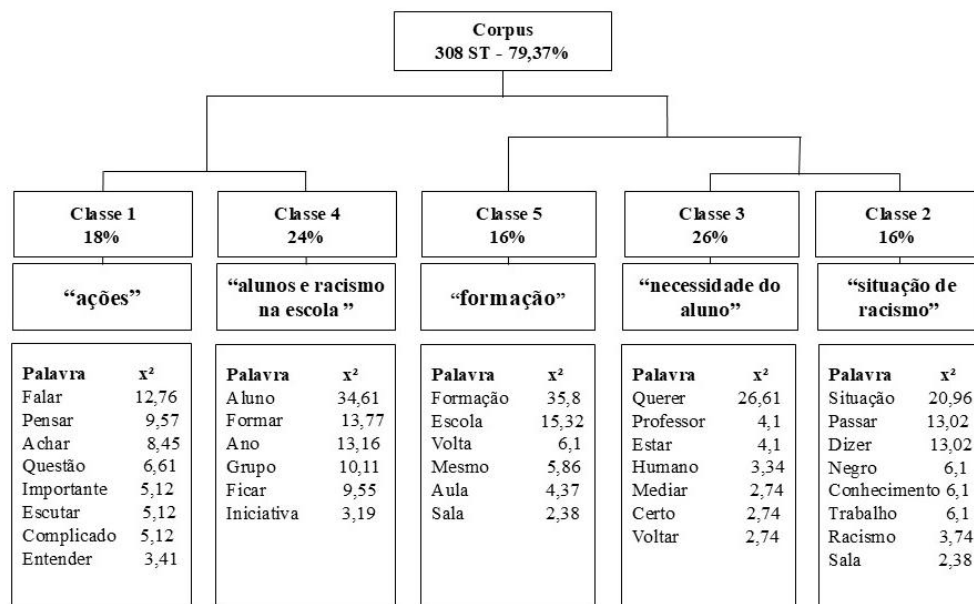
A CHD foi adotada, pois a análise fornece uma apresentação dos resultados a partir de classes lexicais. A criação de classes ocorre mediante a análise dos segmentos textuais (ST) que se apresentam como semelhantes entre si e diferentes das demais classes. Resultou em uma sequência de testes de qui-quadrado (χ^2) nos segmentos textuais (ST) que visa “verificar o grau de associação entre as formas linguísticas do *corpus* e as classes lexicais” (Sousa *et al.*, 2020, p. 8), junto ao valor de p ($p < 0.0001$) que identifica o nível de significância da associação da palavra com a classe pertencente (Camargo & Justo, 2018). Os dados analisados são organizados em dendrograma que ilustra as relações entre as classes lexicais apresentadas (Camargo & Justo, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O *corpus* criado com os dados da discussão dos professores partiu da pergunta norteadora: “Desde que iniciamos os encontros formativos, em algum momento durante a atuação na escola, vocês lembraram das temáticas trabalhadas?” Através da análise de CHD ao

corpus textual submetido com 308 segmentos de texto (ST) formados (79,37%) considerados relevantes, gerou-se o dendrograma (Figura 7).

Figura 7: Dendrograma



O dendrograma foi dividido em 5 classes lexicais de palavras semelhantes, dentro de dois grandes grupos. Sendo o primeiro, formado pela Classe 1 “ações” com representação de 18% dos segmentos textuais e a Classe 4 “alunos” com 24% dos segmentos textuais. Já o segundo foi formado pela Classe 5 “formação” com 16% dos segmentos textuais, seguido das Classes 3 “necessidade do aluno” com 26% e a 2 “situação de racismo” com 16%.

A Classe 1 “ações”, com 18% de ocorrência no *corpus*, marcada pelas palavras como “falar” e “pensar”, refere-se ao contexto escolar com referência a mediações realizadas pelos professores. Como nos segmentos textuais retirados da classe: *“e a formação durante as aulas, a gente falar sobre isso, é algo que fica mais na cabeça deles. Porque eles não sabem o que é amarelo. Mas é uma coisa que vai demorando para eles pensarem sobre isso”, e*

Porque a gente que fala dessa questão, levando a sério, muitas vezes a gente se sente incomodado, porque não é uma questão, não é uma coisa assim que fosse para falar.

Agora que a gente está falando. Agora que a gente está colocando isso na mesa e está discutindo. E está exigindo coisas, antes a gente não exigia, era normal. “Não, deixe pra lá”, “não ligue não”, agora a gente fala.

Nos dois segmentos, os professores abordaram a importância de falar sobre o racismo e a diversidade étnico-racial na escola e em suas aulas. Percebe-se que a formação contribuiu com a ruptura do silêncio e sensibilizou-os para a necessidade e importância do conhecimento sobre a diversidade étnico-racial e as manifestações do racismo para os alunos. Ou seja, os professores passaram a reconhecer a importância de nomear o racismo na escola, para que os alunos o identifiquem em sua ocorrência. Mas também reconheceram que a partilha de conhecimento sobre a história, cultura e religião das pessoas negras e indígenas e a inserção de ações antirracistas na escola corroboram diretamente o combate ao racismo. Nesse ínterim, combate também à evasão escolar, ao baixo rendimento educacional, à baixa autoestima e à discriminação racial. Além de contribuir com o desenvolvimento de identidades negras e indígenas mais positivas (França, 2017).

A Classe 4 “alunos e racismo na escola”, com 24% do *corpus*, no mesmo grupo da Classe 1, refere-se às menções dos professores em relação aos alunos no ambiente escolar nos seus diversos contextos. Considerou-se desde a falta de conhecimentos sobre os processos de instauração do racismo na sociedade e os lugares de privilégios ocupados por indivíduos brancos, como no segmento retirado da classe *“No passado, ‘tem que se branquear’. No conhecimento também. Esse conhecimento que os alunos não sabem, isso foi um branqueamento”*. Foi observado no que se refere aos processos de hierarquização, exclusão e discriminação do racismo (Lima & Vala, 2004), e do apagamento e da inferiorização das pessoas negras e indígenas na sociedade, além dos seus impactos nas escolas, projetos pedagógicos e livros didáticos pautados no eurocentrismo (Santos, França & Moreira-Primo, 2020; Bento, 2022). Diante disso, os professores, através do reconhecimento dos processos de

instauração do racismo na sociedade, também mencionam o reflexo do racismo vivenciado por alunos na escola, como no segmento textual retirado da Classe 4:

Teve um caso de aluno que chamou um outro de macaco. Tudo começa como se fosse brincadeira, a gente sabe que tem, só que entre eles, a gente sabe que macaco tem significado de racismo. E aí, eu fui tentar mediar. De um jeito que também tem questão de gênero envolvida. São muitas camadas. Só que para tratar naquele momento e resolver naquele momento, às vezes até para a gente fica difícil.

Os segmentos textuais mostraram que os professores passaram a ter consciência da discriminação racial vivenciada pelos alunos na escola, mas ainda apresentam dificuldades no enfrentamento e combate efetivo e contínuo. Já identificados por Carvalho e França (2019), os professores enfrentam dificuldades ao lidar com situações de racismo na rotina escolar. Em pesquisa realizada por Orlando e Ferreira (2014), com professores e acadêmicos do Estado do Paraná, identificou-se que, entre as principais dificuldades no combate ao racismo, estão o despreparo e a falta de formações que os instrua como lidar na prática. Ou seja, os professores, após os encontros formativos, avançaram no reconhecimento da existência do racismo na escola e na necessidade de nomeá-lo, mas seu enfrentamento continua atravessado por diversas dificuldades. Mas, compreendem que formações podem promover mudanças significativas para futuras ações de combate ao fenômeno.

A Classe 5 “formação”, com representação de 16% no *corpus*, reflete a importância que a formação teve para os professores identificarem expressões racistas na escola e atuarem em seu combate de forma efetiva e contínua. Os professores mencionaram a importância dos encontros formativos, como apresenta o trecho retirado da Classe 5: *“Aí eu lembrei da nossa formação. Aí eu lembrei da formação, como a nossa sociedade está evoluindo, precisa evoluir muito mais, mas a gente já deu um passo, graças a Deus”*. Em estudo realizado por Da Costa (2014), com 30 professores participantes de uma formação antirracista, o Projeto Baobá, eles

afirmaram que o curso melhorou sua compreensão sobre a diversidade dos grupos étnicos e raciais, o racismo e suas habilidades para lidar com experiências de racismo enfrentadas pelos alunos. Os professores do presente estudo também mencionaram os impactos positivos da formação:

E quando eu peguei uma disciplina agora no segundo semestre, integradora, falando sobre a cultura africana, a história, a relação com os povos indígenas, aí eu percebi a importância dessa formação para nós professores, para trabalhar também com eles em sala de aula essas questões, entendeu? Foi de suma importância de entender na formação.

Além do reconhecimento da presença do racismo na escola e a importância de nomeá-lo nas classes anteriores, a classe 5 apresenta a Apropriação dos professores, que, após romper com o silêncio, compreendem seu papel de agente socializador e antirracista. Os professores identificaram, a partir dos conteúdos da formação na sequência posta por Lopez e Jean-Marie, a necessidade da apropriação da temática e o repasse em suas aulas. Visualizar a escola como complexo social de formação humana, formado por construções subjetivas, mas também coletivas, é potente para, através do fazer formativo, gerar mudanças significativas na educação (Pinheiro, 2023). Iniciativas e intervenções antirracistas com professores podem interromper a negação e o silenciamento do racismo e promover que estudos sobre etnia estejam nas salas de aula, nos currículos e na pedagogia (Da Costa, 2024). O trecho seguinte da Classe 5 reflete a necessidade de práticas antirracistas percebidas pelos professores:

A gente tem que estar fazendo formação direto. Vocês foram muito importantes esse ano para a gente [...]. Uma semana para fazer algumas intervenções. Debater em uma roda de conversa, movimentos na escola, para poder mostrar a todos. Isso é muito importante para eles. Ouvir, participar, entender, conhecer... Isso é muito importante.

O Enquadramento aparece através do reconhecimento dos professores sobre a

necessidade da obtenção de conhecimentos para implementação de estratégias de enfrentamento ao racismo na escola. Reconhecer a importância da inserção de intervenções efetivas que visem o ensino sobre as identidades étnico-raciais, história e cultura das pessoas negras e indígenas, como estratégia de enfrentamento ao racismo, pode romper com as lacunas existentes nas formações iniciais dos professores (Araujo & Araujo, 2022). No entanto, Carvalho e França (2019), ao analisarem a importância da formação docente para enfrentamento do racismo na escola, observaram a baixa produção de trabalhos salientando a existência de intervenções com professores para educação antirracista. Percebe-se que ainda são poucas as ofertas de intervenção que visem o combate ao racismo a partir de formações com os professores.

Já a Classe 3 “necessidade dos alunos”, com 26%, os professores retomam a existência do racismo na escola a partir da necessidade dos alunos de que eles estejam frente ao combate à discriminação racial. Portanto, refletem novamente as dificuldades dos professores frente ao fenômeno na escola. Percebe-se que práticas antirracistas contínuas no contexto escolar ainda não são desenvolvidas com frequência, mas pontualmente. Um trecho extraído da Classe 3 mostrou a preocupação de um(a) professor(a) diante da discriminação racial vivenciada por uma aluna e a sua dificuldade no enfrentamento: *“Comigo não se resolveu, eles ficaram como se eu não tivesse tido a ação que deveria ter tido. Por quê? Porque justamente eles querem tudo de imediato.”* O trecho seguinte da mesma classe tem um contexto similar frente às dificuldades enfrentadas pelos professores, ao mesmo tempo que reflete na própria identidade étnico-racial e consciência sobre a existência do racismo:

Agora que a gente está falando. Agora que a gente está colocando isso na mesa e está discutindo. E está exigindo coisas. Antes a gente não exigia. Era normal. “Não, deixe pra lá.” “Não ligue não”. Era assim, “não ligue não”. Agora que a gente fala. Tanto eles não estão acostumados ainda, mas a gente também não. Então é um lugar que eu

também busco me entender. Porque nem sempre, nem tudo a gente vai também se impor. E eles querem que já seja.

Vale destacar que, além das lacunas na formação e a pouca ou inexistência da socialização étnico-racial, os professores também são indivíduos com experiências durante toda a vida. Como a discriminação racial e os impactos negativos no desenvolvimento da própria identidade, o que pode influenciar no desenvolvimento ou não de ações antirracistas na escola. Em estudo, Matos e França (2022) identificaram que os professores que atribuíam valor positivo ao seu grupo étnico-racial de pertença apresentavam maior consciência dos efeitos deletérios do racismo e mais investiam em práticas para combatê-lo (Matos & França, 2022).

A Classe 2 “situação do racismo”, com representação de 16% dos segmentos textuais, completa as Classes 5 e 3. Após os professores falarem sobre a importância da formação na Classe 5 e sobre a solicitação dos alunos para o combate ao racismo. Os trechos seguintes da Classe 2 referem-se à presença do eufemismo através da palavra “situação” para referir a discriminação racial sofrida pelos professores:

E é uma situação complicada, somos seres humanos, então tem momentos que a gente vai agir como ser humano. Em poder parar, analisar... a situação em si. E pra tirar esse rótulo. Não está beneficiando, porque é uma mulher negra, uma menina negra também. E tudo que isso se passa muito pela cabeça deles.

O eufemismo na língua portuguesa é utilizado para diminuir impactos de palavras ou expressões consideradas desagradáveis (Dicionário Online de Português, 2024). A palavra “situação”, à frente do racismo, pode ser utilizada para minimizar os impactos nocivos da discriminação racial na identidade étnica e racial dos professores. Como apresenta o segundo trecho retirado da Classe 2:

Como eu disse para as meninas em uma das oportunidades que eu pude participar quantas situações de racismo eu passei e eu não sabia que era racismo, porque ninguém

tinha me ensinado isso. Mas depois que você vai para a maturidade e você começa a julgar, você pensa que aquela situação foi um racismo.

Os professores retornaram a refletir sobre a importância de nomear o racismo. Perceberam que, assim como os estudantes, eles também fazem parte de grupos étnico-raciais e estão sujeitos à discriminação. O trecho reforça as possibilidades de as dificuldades estarem relacionadas também ao valor positivo ou negativo do(a) professor(a) à própria identidade étnico-racial. Nesse sentido, quanto maior o valor positivo e a satisfação com seu grupo étnico-racial de pertença, maior é a consciência do(a) professor(a) quanto ao racismo nas escolas e a busca por combatê-lo (Matos & França, 2022).

Percebe-se que os professores estão entre a Apropriação e o Enquadramento do modelo proposto por Lopez e Jean-Marie (2021), ou seja, entre romper os silêncios, reconhecer seu papel no combate e buscar estratégias que possibilitem incluir o enfrentamento ao racismo na rotina escolar. Mas diversas dificuldades ainda são encontradas por esses professores. A Classe 4 “alunos e racismo na escola” traçou a discriminação racial vivenciada pelos alunos. Nela, os professores também mencionaram a falta de preparo e as dificuldades enfrentadas no processo de combate. A Classe 3 “necessidade dos alunos” foi representada pela percepção dos professores sobre a necessidade dos alunos de que eles sejam agentes ativos no combate ao racismo. Observou-se novamente as dificuldades dos professores frente à temática. A Classe 2 “situação de racismo” abordou a própria identidade étnico-racial dos professores, as vivências com a discriminação racial e os seus impactos nas dificuldades para enfrentamento à discriminação racial na escola. Nesse sentido, embora a maioria dos professores, após a capacitação, tenha reconhecido a existência do racismo no contexto escolar, não se sentem preparados para combatê-lo. As demais Classes 1 “ações” e 5 “formação” refletem o reconhecimento dos professores sobre a importância da inserção de práticas antirracistas na

escola e a necessidade da oferta de formações para as relações étnicas e raciais, e combate ao racismo na escola.

CONCLUSÃO

Este capítulo teve como objetivo descrever os passos metodológicos da capacitação realizada com professores da Educação Básica da rede estadual de Sergipe e os seus resultados, a partir dos impactos e possíveis mudanças na percepção dos professores quanto ao racismo na escola e à necessidade de práticas contínuas de enfrentamento. Os encontros formativos foram realizados com embasamento na Teoria da Socialização Étnico-racial, divididos em quatro importantes módulos: Nomear, Apropriar, Enquadrar e Sustentar, de acordo com o modelo proposto por Lopez e Jean-Marie (2021).

Em Nomear, foram discutidos os diferentes grupos étnicos e raciais, o racismo e como o fenômeno se manifesta na escola. No módulo Apropriar, foi discutida a importância dos professores apropriarem-se da socialização étnico-racial e a responsabilidade dos professores e da escola no combate ao racismo. Em Enquadrar, buscamos construir com os professores possíveis estratégias antirracistas a serem inseridas na prática diária do professor na sala de aula. Por último, Sustentar refere-se à sustentação do trabalho de combate ao racismo na prática cotidiana, baseada nas discussões dos encontros formativos, para obter os resultados desejados, mediante ao trabalho individual e coletivo dos professores.

Após os encontros formativos, realizou-se uma avaliação, a partir de um grupo focal com os professores que participaram de todos os encontros, para compreender a efetividade da formação e se os objetivos foram alcançados. Diante disso, os principais resultados encontrados mostraram que os professores começaram a nomear racismo, ou seja, passaram a reconhecer a existência de manifestações racistas na escola. Além de apropriar-se das temáticas discutidas, reconhecendo seu papel no enfrentamento do fenômeno, assim como a importância da formação para a atuação contínua na escola. Porém, apesar de reconhecerem que a escola também reproduz o racismo e compreenderem que o(a) professor(a) pode ser um agente de combate ao fenômeno, mostraram-se inseguros em enquadrar intervenções de combate ao

racismo de forma contínua no contexto escolar.

Dos 12 participantes do primeiro estudo, 4 professores participaram dos encontros formativos, sendo duas mulheres negras, uma mulher branca e um homem branco. Ou seja, ambos os grupos étnico-raciais, negros e brancos, tiveram engajamento na formação. Esses professores valorizaram a formação e se disponibilizaram para compreender as manifestações do fenômeno e refletir a importância de práticas antirracistas na escola. Portanto, é fundamental ressaltar a importância de que todos os professores estejam engajados no combate ao racismo.

Desenvolver o projeto e colocá-lo em prática junto a professores que acreditaram na possibilidade de mudanças significativas para o enfrentamento ao racismo através da Educação e da Psicologia Social foi “esperançar-se”. As aulas também foram compostas por momentos de trocas, entre a teoria e a prática. Percebe-se que a conexão entre as duas ciências pode construir caminhos possíveis para uma educação antirracista e o combate à violência vivenciada por inúmeras identidades negras e indígenas na escola.

Durante esse processo, apesar dos esforços e desempenho da formação, algumas limitações também foram atravessadas, desde a dificuldade para conciliar as datas dos encontros com o tempo de todos os professores envolvidos, à pouca base na literatura de estudos interventivos antirracistas realizados nas escolas por psicólogos. Diante disso, propõe-se que novos estudos interventivos com professores para o combate ao racismo na escola sejam desenvolvidos a partir da Psicologia Social. Uma possibilidade inovadora para estudos futuros pode ser o foco na identidade étnico-racial dos professores como ponto inicial, para que, antes da compreensão do racismo, das suas expressões na escola e do desenvolvimento de possíveis estratégias antirracistas, os professores compreendam a própria relação com o seu grupo étnico-racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como principal objetivo desenvolver um trabalho interventivo com professores da Educação Básica, para que a prática de combate ao racismo seja inserida na rotina escolar. Portanto, fez-se necessário, anteriormente, desenvolver um aparato teórico, desde compreender os processos da raça e etnia à racialização e etnização dos grupos, o racismo e o surgimento dos estudos sobre a socialização étnico-racial. Posteriormente, desenvolveu-se um estudo empírico, que objetivou compreender a percepção dos professores sobre a existência do racismo na escola e as estratégias de enfrentamento utilizadas para a socialização étnico-racial e combate à discriminação racial. Por último, traçaram-se os passos metodológicos dos encontros formativos com professores para a adesão do combate ao racismo nas escolas, junto aos resultados das intervenções, sendo a investigação sobre possíveis mudanças na percepção e ação dos professores frente ao racismo.

O primeiro capítulo apresentou os conceitos de raça e etnia, os processos para racialização e etnicização dos grupos, e as suas contribuições para a instauração do racismo na sociedade, até os avanços nos estudos e a compreensão da raça e da etnia como socialmente construídos. Seguido de uma discussão sobre o racismo do ponto de vista da Psicologia Social, compreendendo-o como um fenômeno complexo, dotado da hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou grupos sociais com base em características físicas reais ou imaginadas ou em demarcações culturais internas. Mas marcado também pela manutenção de privilégios para pessoas brancas em uma relação de poder e dominação (Lima & Vala, 2004).

O segundo capítulo traçou uma discussão sobre o desenvolvimento da Teoria da Socialização Étnico-racial, seguida de uma discussão sobre sua importância para as escolas de Educação Básica. Os estudos sobre a socialização começaram no contexto familiar, onde pais negros passaram a se preocupar com o significado de ser negro na sociedade, e começaram a repassar mensagens socializadoras aos seus filhos, também negros, com foco no enfrentamento

à discriminação vivenciada. Posteriormente, a Socialização Étnico-racial também passou a ser estudada no contexto escolar e mostrou-se benéfica, sendo que, se inserida nas escolas de forma contínua, pode, além de combater o racismo, prevenir novos episódios de discriminação racial e contribuir no desenvolvimento de identidades negras e indígenas mais positivas.

Depois do aporte teórico sobre o racismo e a Socialização Étnico-racial, o terceiro capítulo descreve um estudo empírico que buscou compreender a percepção dos professores sobre a existência do racismo na escola e quais são as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos professores. O estudo foi realizado com 12 professores do Ensino Básico estadual de Sergipe. Os dados foram analisados, interpretados e comparados com a literatura presente. Os resultados mostraram que, mesmo com a presença de comportamentos racistas na escola, os professores ainda costumam negar e silenciar o fenômeno ou terceirizar a responsabilidade de combate para outras instâncias, como a família. Consequentemente, ações de enfrentamento ao racismo e o estudo das relações étnicas e raciais não são inseridos na rotina escolar.

O quarto capítulo destaca o principal objetivo da dissertação, a intervenção com professores, embasada no modelo de Lopez e Jean-Marie (2021) para Nomear o racismo, Apropriar, Enquadrar e Sustentar práticas antirracistas na escola. A partir dos resultados do estudo do terceiro capítulo “O Olhar do(a) Professor(a) para a Socialização Étnico-racial e o Combate ao Racismo: um estudo empírico” e de achados na literatura, a respeito da negação ao racismo, o não enfrentamento e a falta da socialização étnico-racial contínua nas escolas, o capítulo traçou os passos metodológicos da capacitação realizada com professores de uma Escola Estadual de Sergipe e os seus resultados após os encontros formativos. Os resultados mostraram que os professores que se propuseram a discutir o racismo e a pensar em estratégias de enfrentamento começaram a reconhecer a existência do racismo na escola, assim como os seus efeitos deletérios para identidades negras e indígenas. Porém, muitos ainda são os desafios para combatê-lo. Os professores mencionaram a falta de discussões sobre a temática, desde

suas formações iniciais, como a graduação. Além disso, refletiram sobre os impactos da discriminação racial na própria identidade. Mas vale destacar que, mesmo em meio às dificuldades, os professores também reconhecem a importância da formação e a necessidade de que mais intervenções sob a perspectiva de educação antirracista sejam ofertadas para a implementação de práticas contínuas de combate ao racismo na rotina escolar.

O estudo contribuiu para compreender a perspectiva dos professores a respeito do racismo na escola, sendo um passo importante para o desenvolvimento de futuras intervenções. Pois, mesmo com a existência do racismo e após as leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/08, que obrigam a inclusão da história afro-brasileira e dos povos indígenas, os professores ainda negam a existência da discriminação racial na escola e não adotam práticas antirracistas na rotina escolar. A partir dessa compreensão, é possível desenvolver intervenções para os professores conhecerem todas as expressões e níveis de racismo nesse contexto, a diversidade dos grupos étnicos e raciais na sociedade brasileira e a sua responsabilidade enquanto agente de combate ao fenômeno. Para, posteriormente, desenvolverem estratégias efetivas de combate. A dissertação, portanto, também contribuiu com o desenvolvimento de passos metodológicos para a realização de formações antirracistas com professores. Possibilitando a identificação do racismo, a inclusão do combate na rotina escolar e sustentação durante toda a trajetória profissional, individual e coletiva.

Traçadas as potencialidades desse trabalho, algumas limitações também foram atravessadas. A respeito da literatura brasileira, poucos estudos interventivos com professores para combate ao racismo foram desenvolvidos e publicados a partir da psicologia social, o que dificulta o desenvolvimento de novos trabalhos. Outro ponto, não foi possível identificar a cor de pele dos participantes dos grupos focais, assim, não foram utilizadas as variáveis suplementares de categorização racial, correlacionada à percepção de cada professor(a) em relação ao racismo na escola e suas formas de enfrentamento. Pois os grupos

focais foram gravados em áudios e transcritos em texto corrido. Apesar de conhecer a percepção do(a) professor(a) individualmente, não ter sido o foco desse estudo.

Portanto, espera-se que o modelo da capacitação para enfrentamento ao racismo na escola sirva como ideia para a ampliação de programas de formações que envolvam, além dos professores, toda a comunidade escolar e redes que se comunicam com a escola, como secretarias de educação e gestores públicos. Que seja possível também a avaliação dessas formações, para que novos profissionais e pesquisadores supram as limitações e lacunas existentes na realização desses estudos. Espera-se também que, em novas pesquisas, a relação de cada professor(a) com o seu próprio grupo étnico-racial possa ser ponto de partida em novas intervenções, visto que quanto mais positiva a relação com o seu grupo de pertença, mais engajados em combater o racismo são os professores (Matos & França, 2022). Além disso, o quarto estudo mostrou em seus resultados que as próprias vivências dos professores frente à discriminação racial refletem na forma como lidam com o reconhecimento e enfrentamento do racismo. Propõe-se também que, em estudos futuros, possam trabalhar com os currículos escolares, calendários e projetos políticos-pedagógicos. Para que a discriminação racial não seja mais uma violência vivenciada por identidades negras e indígenas em escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, D. M. S. (2008). *Olhares de crianças sobre pobreza e raça nas relações escolares*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c604bf24-b89d-46aa-a2f9-3e8915d60446/content>
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley.
- Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. Polén.
- Araujo, E. S., & Araujo, D. C. (2022). *O alfabetismo da diáspora: Reflexões, propostas e referências para o debate étnico-racial na educação*. Encontrografia Editora. https://encontrografia.com/wp-content/uploads/2022/10/ebook_O-alfabetismo-da-diaspora-1-1.pdf
- Bento, C. (2022). *O Pacto da branquitude*. (1a ed.) Companhia das Letras, 2022.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis Vozes. <https://cristianorodriguesdotcom.wordpress.com/wpcontent/uploads/2013/06/bergerluckman.pdf>
- Bonilla-Silva, E. (2020). *Racismo sem racistas: O racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América*. Perspectiva.
- Bowser, B. P. (2017). Racism: origin and theory. *Journal of Black Studies*, 48, 572-590. https://www.researchgate.net/publication/315964177_Racism_Origin_and_Theory
- Buosi, G., & Sales, A. (2024, May 27). ‘Macaco’, ‘volta pra senzala’: Família de aluno denuncia racismo em colégio particular de Brasília. *G1 Distrito Federal*. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/05/27/macaco-volta-pra-senzala-familia-de-aluno-denuncia-racismo-em-colegio-particular-de-brasilia.ghtml>

- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e branco: A naturalização da discriminação racial*. Campos das Letras. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/37335>
- Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: Mudanças e continuidades. In A. C. S. Mandarinino & E. Gomberg (Eds.), *Racismos: Olhares plurais* (pp. 11–43). Editora da Universidade Federal da Bahia.
- <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/37335>
- Camargo B. V., & Justo A. M. (2018). Tutorial para o uso do software de análise textual Iramuet. *Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf
- Cantuário, V. A. P., & Alves, M. F. S. (2021). Do racismo na escola a uma escola contra o racismo: Reflexões a respeito do cenário brasileiro. *Revista Educação e Emancipação*, 14(2).
- <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/17241>
- Caparelli, K., & Alves, L. (2023, abril, 27). *Menina é xingada de ‘macaca preta’ na aula, e professora rebate aluno: ‘Você só é um pouco mais claro e sabe que cor tem’*. G1 Rio de Janeiro. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/27/menina-e-xingada-de-macaca-preta-na-aula-e-professora-rebate-aluno-voce-so-e-um-pouco-mais-claro-e-sabe-que-cor-tem.ghtml>
- Carvalho, D. M. S. (2020). *A escola no enfrentamento ao racismo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da UFS.
- <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13135>
- Carvalho, D. M. S., & França, D. X. (2019). Estratégias de Enfrentamento do Racismo na

- Escola: uma revisão integrativa. *Educação & Formação*. Fortaleza, 4(12), 148-168.
<https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.974>
- Carvalho, D. M. S., & Matos, P. M. (2020). O Negro no Espaço Escolar: acesso, dificuldades e enfrentamento ao Racismo. In Lima, M. E. O; França, D. X; Freitag, R. M. K. (Orgs.) *Processos Psicossociais de Exclusão Social*. 153-172. São Paulo: Edgard Blücher Ltda. <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/08-22191/>
- Cashmore, E. (2000). *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Selo Negro Edições.
- Cavalleiro, E.S. (1999). O Processo de Socialização na Educação Infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão. *Brasil Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, 12(2), 39-49. <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/39447>
- Cavalleiro, E.S. (2000). *Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão social e do fracasso escolas Educação, racismo e antirracismo*. Novos Toques.
- Da Costa, A. E. (2014). Training educators in anti-racism and pluriculturalismo: recent experiences from Brazil. *Race Ethnicity and Education*, 19(1), 23–45.
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13613324.2014.946488>
- DiAngelo, R. J. (2020). *Não basta não ser racista: Sejamos antirracistas*. Faro Editorial.
- Dicionário Online de Português (2024). *Eufemismo*. <https://www.dicio.com.br/eufemismo/>
- CNN Brasil. (2023, março 14). *Aluno entrega esponja de aço para professora negra no DF*. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/aluno-entrega-esponja-de-aco-para-professora-negra-no-df/>
- Duckitt, J. H. (1992). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47(10), 1182–1193. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.10.1182>

- Feitosa dos Santos, C. (2014). *Escola e preconceito: relações raciais na ótica dos professores*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da UFS. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5943>
- França, D. X. (2013). A socialização e as relações interétnicas. In L. Camino, A. N. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: Temas e teorias* (2^a ed., pp. 541–587). Technopolitik.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7205629/mod_resource/content/1/LIVRO%20Psicologia%20Social%20temas%20e%20teorias.pdf
- França, D. X. (2017). Discriminação de crianças negras na escola. *Interacções*, 13(45), 151-171. <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/9476>
- França, D. X. (2019). Socialização racial/étnica, maternidade e identidade racial/étnica dos filhos. In A. Faro, M. E. O. Lima, D. X. França, S. R. F. Enumo, & C. R. Pereira (Orgs.), *Psicologia social & psicologia da saúde: Tópicos atuais* (pp. 81–98). CRV.
https://www.researchgate.net/publication/337882598_PSICOLOGIA_SOCIAL_E_PSICOLOGIA_DA_SAUDE_topicos_atuais
- França, D. X. (2023). A socialização. In L. Camino, A. N. R. Torres, M. E. O. Lima, & E. M. Techio (Orgs.), *Psicologia social: Temas e teorias* (3^a ed., pp. 355–398). Blucher.
<https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9786555502046-606/list/#undefined>
- França, D. X., & Lima, M. E. O. (2011). Affirmative action and ethnic identity in Black and Indigenous Brazilian children. *International Journal of Conflict and Violence*, 5(1), 200–210. <https://www.ijcv.org/index.php/ijcv/article/view/2855>
- França, D. X., & Silva, K. C. (2021). *A psicologia social do desenvolvimento nas relações raciais e racismo*. Blucher. <https://www.blucher.com.br/a-psicologia-social-do-desenvolvimento-nas-relacoes-raciais-e-racismo>
- França, D. X., Silva, K. C., Oliveira, Y. N., & Moreira-Primo, U. S. (2022). Promovendo a

identidade racial e as atitudes intergrupais positivas: Intervenção no ensino fundamental. *Revista da SPAGESP*, 23(2), 69–89.

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167729702022000200006&script=sci_abstract

Gatti, B. A. (2005) *Grupo Focal em Ciências Sociais e Humanas*. Líber Livro Editora.

Góes, F.G.B. et al. (2021) Utilização do Software IRAMUTEQ em Pesquisa de Abordagem qualitativa: Relato de Experiência. *Ver. Enferm.* 11, 1–22.

<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/64425>

Gomes, N. L. (2002a). Educação e identidade negra. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, 9, 38–47.

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912/14702>

Gomes, N. L. (2002b). Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: Reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, 21, 40–51.

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/abstract/?lang=pt>

Gomes, N. L. (2017). *O movimento negro educador: Saberes construídos na luta por emancipação*. Vozes.

hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. B. Cipolla, Trad., 2ª ed.). WMF Martins Fontes.

Hughes, D., & Chen, L. (1999). The nature of parents' race-related communications to children: A developmental perspective. In L. Balter & C. S. Tamis-LeMonda (Eds.), *Child psychology: A handbook of contemporary issues*. Psychology Press.

Hughes, D., Harding, J., Niwa, E. Y., Del Toro, J., & Way, N. (2017). Racial socialization and racial discrimination as intra- and intergroup processes. In A. Rutland, D. Nesdale, & C. S. Brown (Eds.), *Handbook of group processes in children and adolescents*. Wiley-Blackwell. <https://nyuscholars.nyu.edu/en/publications/racial->

[socialization-and-racial-discrimination-as-intra-and-inter](#)

Hughes, D.; Rodriguez, J.; Smith, E. P.; Johnson, D. J.; Stevenson, H. C., & Spicer, P.

(2006). Parents' Ethnic–Racial Socialization Practices: A Review of Research and Directions for Future Study. *Developmental Psychology*. 42(5), 747–770.

<https://doi.org/10.1037/0012-1649.42.5.747>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). *População residente por cor ou raça, segundo o Censo Demográfico 2022: Nossa Senhora do Socorro - SE*. IBGE Cidades.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/nossa-senhora-do-socorro/pesquisa/10102/122229>

Kempfer, A. (2024, março 11). Pai invade escola municipal e agride menina negra de 4 anos que abraçou o filho. *Campo Grande News*.

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pai-invade-escola-municipal-e-agride-menina-negra-de-4-anos-que-abracou-o-filho>

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de

- direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Blucher Open Access.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401–411.
<https://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a02v09n3.pdf>
- Lopez, A. E., & Jean-Marie, G. (2021). Challenging anti-Black racism in everyday teaching, learning, and leading: From theory to practice. *Journal of School Leadership*, 31, 50–65. https://www.researchgate.net/publication/349480742_Challenging_Anti-Black_Racism_in_Everyday_Teaching_Learning_and_Leading_From_Theory_to_Practice
- Matos, P. M. (2020). Socialização Étnico-racial para a Redução do Racismo no Contexto Escolar. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da UFS.
https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/22435/2/PATRICIA_MODESTO_MATOS.pdf
- Matos, P. M., & França, D. X. (2021). Socialização étnico-racial e racismo: Dos saberes afro-brasileiros e africanos à construção da identidade étnico-racial. *Educar em Revista*, 37. <https://www.scielo.br/j/er/a/y7zG7PbgcL5y9YfhNPjR8RM/abstract/?lang=pt>
- Matos, P. M., & França, D. X. (2022). Socialização étnico-racial na perspectiva dos professores da educação básica. *Interfaces da Educação*, 13(57), 558-580.
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5112>
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes, and context on simulated hiring decisions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9(4), 551–558. <https://psycnet.apa.org/record/1984-25699-001>

- Moreira-Primo, U. S. (2020). Experiências de Racismo e o Desenvolvimento da Identidade Étnico-Racial em Crianças Negras e Brancas. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da UFS.
<https://ri.ufs.br/handle/riufs/14508>
- Moreira-Primo, U. S. (2024). *O papel protetivo da socialização étnico-racial dos pais na identidade étnico-racial de crianças negras* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Sergipe].
- Moreira-Primo, U. S., & França, D. X. (2024). Socialização étnico-racial parental: Contribuições para o bem-estar e desenvolvimento de crianças e jovens. *Psicologia Argumento*, 42(116). <https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.116.AO15>
- Moreira-Primo, U. S., & França, D. X. de. (2020). Efeitos do racismo na trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. *Debates em Educação*, 12(26), 176–198.
<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n26p176-198>
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. EDUFF.
<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>
- Nganga, J. G. N. (2023). *Percepções sobre o racismo no Brasil*. Peregum: Instituto de Referência Negra & Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista.
<https://percepcaosobreracismo.org.br/>
- Orlando, A. F., & Ferreira, A. J. (2014). A sensibilização sobre a diversidade étnico-racial na formação inicial e/ou continuada de professores de línguas. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 36(2), 207–216.
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/17693>
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na

perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95–107.

<https://www.scielo.br/j/prc/a/B8xn3m8C4y3SfMqSTkw3RPc/abstract/?lang=pt>

Phoenix, A. (2022). Humanizing racialization: Social psychology in a time of unexpected transformational conjunctions. *British Journal of Social Psychology*, 61(1), 1–18.

<https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/bjso.12517>

Pinheiro, B. C. S. (2023). *Como ser um educador antirracista*. Planeta Brasil.

Priest, N., Perry, R., Ferdinand, A., Paradies, Y., & Kelaher, M. (2014). Experiences of racism, racial/ethnic attitudes, motivated fairness, and mental health outcomes among primary and secondary school students. *Journal of Youth and Adolescence*, 43(10).
<https://doi.org/10.1007/s10964-014-0140-9>

Priest, N., Walton, J., White, F., Kowal, E., Baker, A., & Paradies, Y. (2014). Understanding the complexities of ethnic-racial socialization processes for both minority and majority groups: A 30-year systematic review. *International Journal of Intercultural Relations*, 43(Part B), 139–155. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2014.08.003>

Redação Terra. (2023, março 27). Aluno autor de ataque em escola teria proferido xingamentos racistas e avisou nas redes o que faria, diz jornal. *Terra*.
<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/aluno-autor-de-ataque-em-escola-teria-proferido-xingamentos-racistas-e-avisou-nas-redes-o-que-faria-diz-jornal,dd6d465b6187b05bcff197b04f016da0r12r5e6l.html>

Ribeiro, B. S. (2022). *Socialização étnico-racial e silêncio sobre raça entre universitários* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe].
<https://ri.ufs.br/handle/riufs/18397>

Ribeiro, B. S., Moreira-Primo, U. S., & França, D. X. (2023). “Não vejo cor, vejo apenas

- peças”: O racismo color-blind e a persistência da desigualdade na América. *Revista Subjetividades*, 23(3), 1–7. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i3.e13462>
- Richeson, J. A., & Sommers, S. R. (2016). Toward a social psychology of race and race relations for the twenty-first century. *Annual Review of Psychology*, 67, 439–463.
- Sales Jr., R. (2006) Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 18(2), 229-258.
- <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12523#:~:text=O%20n%C3%A3o%20Ddito%20%C3%A9%20uma,frases%20feitas%2C%20prov%C3%A9rbios%2C%20piadas%20e>
- Santana, P. (2008). *Minha mãe é negra sim*. Ilustrado por Hyvanildo Leite. Mazza Edições.
- Santos, J. (2021). *Intervenção em socialização étnica: Efeitos sobre a identidade e autoestima individual e grupal de crianças negras* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da UFS.
- <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14887>
- Santos, J; França, D. X., & Moreira-Primo, U. S. (2020). Socialização Étnica de Professores. In Lima, M. E. O; França, D. X; Freitag, R. M. K. (Orgs.) *Processos Psicossociais de Exclusão Social*. Editora Edgard Blücher Ltda.
- Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S., & Machado, K. C. M. (2020). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados de entrevistas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2).
- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200015
- Souza, P. S. (2022). *Políticas educacionais antirracistas: análise dos modos de enfrentamento ao racismo em escolas públicas brasileiras*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da UFS.

<https://ri.ufs.br/handle/riufs/2482/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Souza%2C+Paloma+Silva+de>

Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Livros Horizonte.

Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1–39.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7–24). Hall Publishers. <https://christosaioannou.com/Tajfel%20and%20Turner%201986.pdf>

Trad, L. A. B. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 777–796.

https://www.researchgate.net/publication/250988508_Grupos_focais_conceitos_procedimentos_e_reflexoes_baseadas_em_experiencias_com_o_uso_da_tecnica_em_pesquisas_de_saude

Trinidad, C. T. (2016). Construção da identidade étnico-racial: O que as crianças pré-escolares têm a dizer? *Anais do VIII FIPED*, 1, 2316–1086.

<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/25113>

Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. Ática.

https://static.poder360.com.br/2020/06/Texto_Racismo_1995.pdf

Urciuoli, B. (2020). Racializing, ethnicizing, and diversity discourses. In H. S. Alim, A.

Reyes, & P. Kroskrity (Eds.), *The Oxford handbook of language and race* (pp. 108–127).

https://www.academia.edu/47749020/2020_Racializing_ethnicizing_and_diversity_di

[scourses_In_H_S_Alim_A_Reyes_and_P_Kroskrity_eds_Oxford_Handbook_Lng_and_Race](#)

Vala, J. (2021). *Racismo, hoje: Portugal em contexto europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://gruponsepr.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/05/racismo-hoje-jorge-vala.pdf>

Zakharov, N. (2015). Race, racialization and racism: A new theoretical framework. In N. Zakharov, *Race and racism in Russia* (pp. 46–78). https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137481207_3

Zanna, M. P., & Rempel, J. K. (1988). Attitudes: A new look at an old concept. In D. Bar-Tal & A. W. Kruglanski (Eds.), *The social psychology of knowledge* (pp. 315–334). Cambridge University Press.

Zembylas, M. (2010). Racialization/ethnicization of school emotional spaces: The politics of resentment. *Race Ethnicity and Education*, 13(2). <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13613321003751528>

APÊNDICES

Apêndice A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia

Olá, Professor(a)!

Você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária, de um estudo vinculado ao Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe, que tem como título “Capacitação de Professores para o Enfrentamento do Racismo da Escola: contribuições da psicologia social”. O objetivo central do estudo é analisar a compreensão de professores acerca do racismo na escola e a importância dada ao seu enfrentamento. Portanto, os(as) participantes da pesquisa são professores da rede estadual de Educação Básica de Sergipe. O instrumento de coleta será um grupo focal, composto por uma moderadora, responsável por conduzir o grupo e manejar a discussão; uma facilitadora, responsável por auxiliar a moderadora; e uma observadora, responsável por verificar e fazer anotações do desenvolvimento, que se iniciará após uma pergunta disparadora. As discussões serão gravadas e transcritas após a sua autorização e assinatura deste termo, mas anônimas e confidenciais, destinadas apenas a fins da pesquisa científica. Você não precisará informar seu nome e os dados que identifiquem os(as) participantes serão omitidos. Acrescentamos ainda que a participação nesta pesquisa não lhe oferece pagamento, a participação é totalmente voluntária. Os dados provenientes do estudo serão analisados através de *corpora* textuais no programa *Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)* 0.7 alpha 2. Os resultados obtidos por essa pesquisa serão publicados no repositório institucional, por meio da dissertação, e em revistas e eventos científicos. O(a) participante, sempre que julgar necessário, poderá entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis pelo estudo: Barbara Santana Ribeiro e Grasiela Santana Costa, que estão sob orientação da prof. Dra. Dalila Xavier de França, orientadora no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Através do e-mail barbararibeiros@academico.ufs.br e grasielacosta@academico.ufs.br. Ou no endereço “Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n, São Cristóvão/SE, CEP: 49.100-000, 1º andar da didática 02”. Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, na Rua Cláudio Batista s/nº, Bairro: Sanatório — Aracaju CEP: 49.060-110 — SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br. Telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato — Segunda a sexta-feira, das 07:00 às 12:00. Os riscos em participar dessa pesquisa podem estar relacionados ao desconforto ou tristeza frente aos questionamentos. Contudo, se concordar com a pesquisa e, no momento dos questionamentos,

sentir tristeza ou qualquer outro desconforto, solicitamos que, por gentileza, fique à vontade para interromper a sua participação. Caso sinta necessário, você também pode entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis para que possam encaminhar ao serviço de atendimento psicológico sem custos ao participante. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa e aprovado como uma das ações do Observatório Permanente dos Preconceitos em Escolas de Sergipe (OPPEs), conforme parecer: 5.245.661.

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____

Local e data: _____

Assinatura do pesquisador(a) responsável: _____

Apêndice B
Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Observatório dos preconceitos na rede estadual de ensino de Sergipe: Modelos de convivência para resolução de conflitos nas escolas

Pesquisador: MARCUS EUGENIO OLIVEIRA LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52981821.3.0000.5546

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.245.661

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 16 de Fevereiro de 2022

Assinado por:
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

CEP: 49.060-110

E-mail: cep@academico.ufs.br

Apêndice C

Material do Programa de Capacitação com Professores

Diálogos com professores para o Trabalho Contínuo Contra o Racismo nas Escolas



OLÁ, PROFESSOR(A),

Bem-vindo(a) ao Programa de Diálogo com Professores(as) para o Trabalho Contínuo Contra o Racismo nas Escolas!

Este manual contém instruções e informações importantes para o melhor aproveitamento da nossa formação. Você pode sempre recorrer a este documento quando tiver dúvidas sobre as metodologias utilizadas e as tarefas solicitadas para completar os módulos.

Vamos juntos(as)?

Visão Geral do Programa

DETALHES DO PROGRAMA	METODOLOGIAS E RECURSOS
Tipo: Híbrido	Conteúdo Expositivo
Carga horária: 100 horas	Rodas de Conversa
Número de encontros da capacitação: 05	Oficinas
Certificado emitido pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Documentos de leitura
	Vídeos

Resumo

Construir uma educação e um ambiente escolar livres do racismo tem sido uma das grandes preocupações de educadores, pais, pesquisadores e ativistas nos últimos anos.

A lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, completou ano passado 20 anos. Infelizmente, diferentes fatores impedem que ela se efetive na prática. A falta de formação dos profissionais, adicionada à sobrecarga de trabalho, é um dos impedimentos.

Considerando este cenário, propomos, no planejamento da escola, a realização de um programa de formação para educadores(as) da rede pública de ensino, com foco em promover a sensibilização para o tema do racismo e auxiliar na superação das principais dificuldades quanto ao tema.

O Programa de Diálogo com Professores(as) para o Trabalho Contínuo Contra o Racismo nas Escolas é o resultado de uma longa jornada de pesquisas sobre racismo realizadas no âmbito da educação, que tem identificado não só a presença desse mal que atinge crianças, jovens e professores brasileiros ao longo dos anos. Mas também as consequências nefastas do racismo nas escolas, que vão desde prejuízos psicológicos, baixo rendimento escolar, evasão de crianças e jovens pertencentes a minorias raciais, até violências explícitas que atingem todo o corpo educacional, como os ataques à mão armada que o país presenciou nos últimos anos.

Somos uma equipe de psicólogos(as) e pesquisadores(as) do preconceito e do racismo. Tendo em vista os dados alarmantes que temos identificado nas nossas pesquisas e de outros tantos(as) profissionais, temos proposto ações de combate ao preconceito na educação por meio do Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES).

Esta formação foi idealizada e será conduzida pelas pesquisadoras Barbara Santana Ribeiro e Grasiela Santana Costa, sob a orientação da Proa. Dra. Dalila Xavier de França.

Objetivos

O principal objetivo do curso é criar um ambiente de aprendizado seguro, para que os(as) participantes possam refletir sobre o tema do racismo, suas identidades, dificuldades e dúvidas quanto ao tema, bem como construir, em grupo, estratégias para o combate ao racismo no cotidiano escolar.

Cronograma de Atividades

Módulo 1 - Nomear

Descrição: o primeiro passo para enfrentar o racismo no contexto escolar é nomeá-lo. É preciso discutir os conceitos de raça e de racismo, conhecer o fenômeno e seus desdobramentos no contexto escolar brasileiro e, especificamente, na sua escola. Como ele aparece? Como afeta a vida e as relações de alunos(as) e professores(as)?

Módulo 2 - Apropriar

Descrição: em segundo lugar, é fundamental apropriar-se. O(A) educador(a) precisa refletir sobre a necessidade de quebrar silêncios, reivindicando a sua responsabilidade de agir contra o racismo na escola, individualmente e em grupo, examinando sua posição de educador(a) e refletindo sobre os passos necessários para contribuições na prevenção e combate ao racismo em suas práticas pedagógicas cotidianas.

Módulo 3 - Enquadrar

Descrição: em terceiro lugar, no enquadramento, os(as) educadores(as) devem buscar estratégias para o combate ao racismo em seus espaços de trabalho, que inclui o meio educacional e toda sua prática pedagógica. Para isso, trocas grupais, abertura da gestão e suporte sobre o tema são fundamentais.

Sustentar

Descrição: por último, para que obter os resultados desejados, o trabalho de combate ao racismo nas escolas deve ser sustentado. E para isso, é necessário o desenvolvimento de um trabalho coletivo, bem como a prática cotidiana baseada naquilo que foi aprendido.

Políticas do Curso

Avaliação

O curso não tem um sistema de avaliação por nota, e sim por participação e entrega de tarefas. Ainda que estas atividades não tenham notas, elas contam para o percentual de desempenho de cada participante, que deverá totalizar 70% ao final do curso.

Presença

Para a conclusão do curso, será exigida a presença em 70% das aulas. Os(as) participantes têm direito a ausências justificadas. O curso será realizado dentro da carga horária de trabalho de sua escola, evitando, assim, sobrecarga com atividades extras.

Desempenho

O cálculo de desempenho é baseado na participação ativa nas aulas e, como dito, na entrega das atividades previstas no currículo. Espera-se que o(a) participante se engaje ativamente nas aulas e entregue no mínimo 70% de suas tarefas em dia.

Sabemos que, como educador(a), você tem muitas demandas, e às vezes pode ser difícil dedicar-se a outras atividades. Não desanime e conte conosco. Caso enfrente dificuldades com as atividades ou temas propostos, não hesite em buscar o suporte da nossa equipe!

Certificados

Ao participar do curso, o(a) professor(a) recebe um certificado, bem como menção de reconhecimento de práticas antirracistas na educação.

Contato

A qualquer momento, você pode contatar nossa equipe através dos e-mails barbararibeiros@academico.ufs.br e grasielacosta@academico.ufs.br.

No mais, gostaríamos de aproveitar para desejar os parabéns pelo engajamento no Programa de Diálogo com Professores(as) para o Trabalho Contínuo Contra o Racismo nas Escolas e desejar boas-vindas à formação!



Apêndice D
Plano da primeira aula da Capacitação

Módulo 1 - Nomear

1º Aula	
Tema	Grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira
Objetivo	Exploração da identidade étnico-racial por meio da estimulação à busca por informações, discussão coletiva e conhecimento sobre a formação dos diferentes grupos.
Estrutura	1º Momento: Será realizado na sala de informática da escola. A turma será dividida em três grupos. Por sorteio, cada grupo ficará responsável por pesquisar as características de grupos raciais que compõem a população brasileira (negros, indígenas e brancos). Cada grupo terá disponível um computador para realizar a pesquisa e acesso a uma página do Google Apresentações (Quem somos nós?) com o seguinte enunciado: <i>Apresente, de forma breve, as principais características do grupo racial negros/indígenas/brancos, destacando aquilo que, para você, é mais representativo sobre esse grupo. Você pode utilizar recursos escritos, imagens etc.</i> Tempo estimado: 40 minutos.
	2º Momento: A turma vai para a sala dos professores. Apresentação de cada grupo sobre a pesquisa realizada e discussão com toda a turma. Tempo estimado: 45 minutos.
	3º Momento: Apresentação de material didático (Vídeo: Kabengele Munanga - raça, racismo e etnia) sobre os diferentes grupos étnico-raciais existentes no Brasil. Pontos de discussão:

	• O que chamou atenção de vocês no vídeo? • O vídeo nos mostra a inexistência de raças biológicas, mas visibiliza também a existência de raças socialmente definidas. • Na atividade realizada no início vocês pensaram e pesquisaram sobre diferentes grupos raciais no Brasil (negro - pretos e pardos -, branco, indígena), escolhemos esses por limitação no número de grupos, mas podemos identificar ainda, em número considerável a presença de pessoas amarelas e ciganas. Esses grupos, são socialmente definidos e, muitas informações que circulam sobre eles são carregadas de estereótipos, ou seja, informações que servem para criar representações sobre o que significa fazer parte desse grupo, mas que nem sempre são verdadeiras. • Por outro lado, algumas características desses grupos são parte importante de sua identidade, são maneiras de reconhecer e valorizar sua história e contribuições sociais. • Dizer que no próximo encontro vamos continuar conhecendo os grupos étnico-raciais. Tempo estimado: 30 minutos.
Recursos	Computadores e datashow.

Apêndice E
Plano da segunda aula da Capacitação

Módulo 1 – Nomear

2º Aula	
Tema	Grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira
Objetivo	Reconhecimento das identidades étnico-raciais por meio da apresentação de informações sobre a diversidade étnico-racial na sociedade brasileira.
Estrutura	1º Momento: relembrar o último encontro com a formação de uma “nuvem de palavras” compartilhada pelo <i>Word cloud</i> https://www.mentimeter.com/app/presentation/alqeyd4qe4uu7nu7bzyqo5u4auzsd5cv/8c7k96qvekf5/edit com a pergunta: o que você recorda do nosso último encontro? Defina em palavras. Tempo estimado: 10 minutos.
	2º Momento: apresentação de material didático (vídeos) sobre os diferentes grupos étnico-raciais existentes no Brasil (negros, indígenas e brancos). Tempo estimado: 20 minutos

3º Momento: discussão sobre o material apresentado, mediado por um jogo de perguntas, com base em tópicos como:

1- Comente sobre os aspectos dos vídeos que mais chamaram sua atenção.

Ao assistir os vídeos, você conheceu alguma informação nova sobre os grupos que neles aparecem?

Quais aspectos você acha que definem a identidade étnico-racial de uma pessoa?



Discussão sobre grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira.

Tempo estimado: 50 minutos

Recursos

Computadores e *Internet*, nuvem de palavras, vídeos, jogo de perguntas.

Apêndice F
Plano da terceira aula da Capacitação

Módulo 1 - Nomear

3º Aula	
Tema	Raça e Racismo: o que a escola tem a ver com isso?
Objetivo	Discutir o percurso dos conceitos sobre raça e racismo, seus usos e significados para instauração no racismo na sociedade, com embasamento em teorias da Psicologia Social e a importância da identificação do fenômeno da escola.
Estrutura	1º Momento: Aula expositiva. Tempo estimado: 1h e 20 min.
	2º Momento: Discussões dos professores sobre a temática da aula. Tempo estimado: 40 min.
Recursos	Computadores, internet, slide e vídeo.

Apêndice G
Plano da quarta aula da Capacitação

Módulo 2 – Apropriar

4º Aula	
Tema	Racismo na Escola: qual o papel do professor?
Objetivo	Discutir os passos necessários para contribuições de professores(as) na prevenção e combate do racismo em salas de aula e na escola.
Estrutura	1º Momento: Aula expositiva. Tempo estimado: 1h e 20 min.
	2º Momento: Discussões dos professores sobre a temática da aula. Tempo estimado: 40 min.
Recursos	Computadores, internet, slide e vídeos.

Apêndice H
Plano da quinta aula da Capacitação

Módulo 3 – Enquadrar

5º Aula	
Tema	Práticas Antirracistas na Escola: tecendo possibilidades
Objetivo	Discutir e construir junto aos professores ações possíveis para enfrentamento do racismo nas escolas
Estrutura	1º Momento: Aula expositiva. Tempo estimado: 40 min.
	2º Momento: construção de ideias para práticas antirracistas em salas de aulas em grupo. Tempo estimado: 1:15min.
Recursos	Computadores, internet, slide e vídeos.